A Amazônia na estrutura espacial do Brasil

BERTHA K. BECKER *

Instituto de Geociências, UFRJ
Conselho Nacional de Pesquisas

1. Introdução

Embora até recentemente o estudo do desenvolvimento econômico ignorasse os seus aspectos espaciais, aceita-se, hoje, a existência de uma dimensão espacial do desenvolvimento, tão importante quanto a sua dimensão temporal.

Com efeito, o desenvolvimento nacional, num certo sentido, é um compósito de atividades conduzidas em quadros naturais específicos e a eficiência com que uma economia opera é, em grande parte, uma questão de localização das atividades e do padrão resultante de suas relações, ou seja, da estrutura espacial. Esta, por sua vez, tem uma relação lógica com um nível de desenvolvimento econômico. A cada mudança nos níveis de desenvolvmento corresponde mudança na estrutura espacal.

Se a estrutura espacial influi no processo de desenvolvimento, ela constitui um elemento da capacidade econômica e política dos Estados, existindo, assim, objetivos nacionais para o padrão de localização dos investimentos no espaço. Esses objetivos também variam, obviamente,

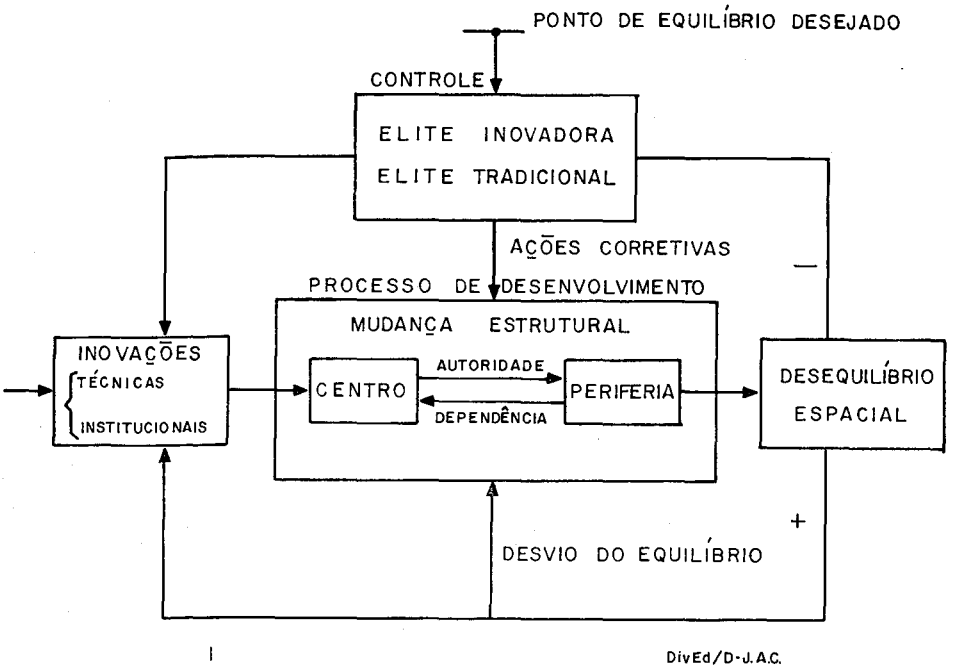
* A autora deseja manifestar seu agradecimento a Lia de Domênico Osório pela crítica construtiva que ofereceu a este trabalho.

ARTIGOS

de acordo com o nível de desenvolvimento. Em sociedades não industrializadas, a política de desenvolvimento visa implantar a industrialização; nas sociedades já industrializadas, em que o espaço está plenamente integrado, o problema fundamental que se coloca é o metropolitano, orientando-se a política de desenvolvimento para a qualidade da vida nas grandes cidades; finalmente, nas sociedades em industrialização, onde a concentração industrial provoca estrutura espacial fortemente desequilibrada, o foco da ação governamental dirige-se para o desenvolvimento regional.

Sociedade em industrialização, o Brasil possui estrutura espacial fortemente desequilibrada, mas em virtude da extensão do seu território apresenta uma especificidade. Se a grande extensão, em termos de recursos e população, contribui certamente para o acelerado ritmo de industrialização e urbanização verificado nas últimas décadas, certamente contribui, também, para a acentuação do desequilíbrio espacial (BERRY, GOTTMANN, KUZNETS). Com efeito, dentre 24 países, o Brasil acusa o maior índice de desequilíbrio regional (WILLIANSON, 1965). Este fato se reflete em sua estrutura espacial; a formação de regiões metropolitanas e o crescimento de centros urbanos são simultâneos e interdependentes, com a elaboração de grandes desigualdades regionais de desenvolvimento. Assim, os objetivos nacionais quanto à estrutura espacial têm que considerar tantos os problemas metropolitanos como os do desenvolvimento regional.

ESQUEMA – SISTEMA ESPACIAL SEGUNDO FRIEDMANN



Neste trabalho abordar-se-á o tema da estrutura espacial do Brasil do ponto de vista do problema dos desequilíbrios regionais, no caso, a Amazônia. Trata-se de um caso em que se verifica a predominância absoluta dos processos políticos sobre a organização do espaço, quer no que se refere às motivações quer no que se refere à ação. Trata-se de assunto merecedor de uma abordagem de Geografia Política que, infelizmente, é extremamente fraca em suas bases conceituais e teóricas. Considerando que qualquer ação política inevitavelmente se vincula a problemas de desenvolvimento, adotou-se como base de estudo a teoria do desenvolvimento polarizado (FRIEDMANN, 1968) que, embora voltada para os problemas do desenvolvimento, parece a mais abrangente e a mais fiel à realidade, elaborada que foi com grande conhecimento dos processos que presidem a elaboração dos sistemas espaciais em países latino-americanos.

Representa assim, esta comunicação, uma continuidade nos estudos sobre estrutura espacial (BECKER, 1969, 1972, 1973), enriquecidos, contudo, por um contato com a realidade amazônica. Ainda que limitado tanto no que se refere ao tempo quanto à área percorrida (Acre, Rondônia, Cuiabá e Manaus), esse contato causou grande impacto, abalando as bases teóricas nas quais se vem trabalhando.

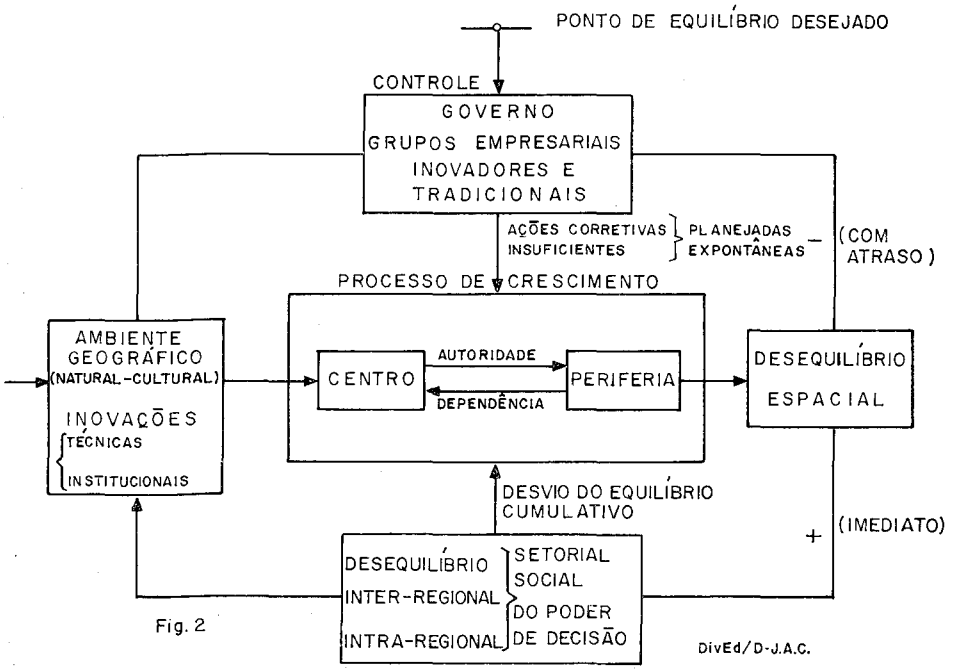
A teoria citada explica e apresenta soluções para o equilíbrio de sistemas espaciais e sua evolução. Fundamentando-se na premissa de que desenvolvimento é inovação, capaz de provocar mudança estrutural, estabelece que: a) a inovação emerge ou é adotada nas grandes cidades graças à possibilidade de ampla troca de informações; b) a posse das inovações dá a essas cidades poder sobre o meio exterior, que delas passa a depender, elaborando-se então o sistema espacial através de relações de autoridade — dependência entre o "centro" ou "core region" — representado pelas regiões inovadoras — e a periferia, ou seja, o restante do sistema espacial definido por suas relações de dependência com o "centro"; c) esta estrutura polarizada, em que o "centro" cresce às custas da periferia, tende a se modificar à medida que o centro, difundindo inovação para todo o sistema espacial, provoca o aparecimento de novos centros, reduzindo gradativamente a periferia.

A teoria identifica, portanto, o processo de desenvolvimento espacial com a difusão da informação ou dos valores da sociedade moderna, e sugere um padrão cíclico de *feedbacks* positivos e negativos que mantêm o equilíbrio do sistema em níveis cada vez mais altos de desenvolvimento. Assim, o aparecimento das inovações no centro, criando desequilíbrios espaciais, implica na existência de um *feedback* positivo, no sentido de tirar o sistema de seus padrões costumeiros, o que gera um *feedback* negativo, que move o sistema de volta ao equilíbrio, representado por ações corretivas de difusão de inovações na periferia; esta ação, a seu turno, cria novos desvios do equilíbrio (*feedback* positivo), o que dá origem a crescentes pressões para a integração espacial (*feedback* negativo) (FRIEDMANN, 1972). Implícito nessa formulação está, portanto, o sentido de evolução do sistema (figura 1).

Duas insatisfações se colocam quanto à teoria. A primeira diz respeito ao próprio "centro". Se suas origens são bem explicadas e ênfase é dada ao conflito entre as elites novas e tradicionais, passa ele, depois, a ser considerado como um organismo, sem que se distingam os seus componentes político e econômico. É claro que há uma identidade de interesses entre esses componentes, porém, circunstancialmente, pode haver uma defasagem entre suas motivações como parece ser o caso atualmente no Brasil.

A segunda insatisfação refere-se à minimização do papel da periferia dentro do processo. Desencadeado pelo centro, e com uma visão a partir do centro, o processo se efetua sem considerar a realidade e as necessidades da periferia do ponto de vista de suas populações, acarretando grandes inconvenientes. Por um lado, perde-se imensa força para o desenvolvimento, representada pelas potencialidades e capacidade criadora da periferia. Por outro lado, há uma falha na informação para a decisão, e as políticas nem sempre atuam no interesse da periferia, gerando tensões; acresce que, mesmo quando se trata de recuperá-la, essa recuperação é vista em termos de seleção de áreas com maior receptividade à adoção de inovações; ora, nem toda a inovação é sinônimo de desenvolvimento para a periferia, muitas vezes significando a anulação das potencialidades locais, o que constitui novo elemento de tensão. Estudos de Geografia Política mostram que o ambiente só influi na tomada de decisão através da maneira pela qual é percebido e considerado pelo ator, mas que nos resultados operacionais da decisão o que pesa é o ambiente real (SPROUT, 1960).

ESQUEMA – SISTEMA ESPACIAL – HIPÓTESE ALTERNATIVA PARA O BRASIL



Uma hipótese alternativa seria, pois, que tanto o processo real quanto o teórico minimizam, no padrão acima apontado, a força da periferia e o conseqüente lastro de tensões sociais que se acumulam, de tal sorte que o *feedback* positivo pode se fortalecer a ponto de suplantar a ação corretiva e interromper o processo de modernização e a volta ao equilíbrio do sistema (figura 2). *

* Trata-se de hipótese ainda não plenamente elaborada, dado à própria complexidade do tema e a dificuldade que a Geografia vem sentindo ao tentar relacionar processos e padrões espaciais.

Considerando as limitações, tanto do instrumental teórico quanto do conhecimento da realidade da área, uma tentativa preliminar será feita de analisar a Amazônia no sistema espacial do Brasil, segundo as idéias acima expostas, considerando as forças em atuação no processo, sua concretização na estrutura espacial e as possíveis repercussões dessa estrutura sobre o sistema.

2. A elaboração do sistema espacial nacional e a posição da Amazônia

Em diferentes etapas do crescimento econômico do país modificou-se sua estrutura espacial, mas as forças econômicas e políticas, que atuaram nesses quatro séculos, não conseguiram alterar substancialmente a face da Amazônia, nem quebrar o seu isolamento físico e mental, do restante do País.

Se fatores históricos e econômicos explicam tal isolamento e tal preservação, os fatores espaciais — dimensão e posição — não são menos importantes.

Porção mais setentrional, mais larga e interiorizada do território brasileiro, participando amplamente da masa continental sul-americana — o Heartland — é a área mais distante da costa, fato desfavorável num país que se forjou orientado para o mar. Tais dimensões e posição situam-na igualmente a maiores distâncias dos focos de comando da expansão econômica: a metrópole e suas pontas de lança representadas por Salvador e Rio de Janeiro, no passado, e hoje por São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. A posição equatorial, resultando em fantástica massa florestal, aliada à impossibilidade de navegação no alto curso encachoeirado dos tributários da margem direita, por sua vez, não favoreceram às ligações terrestres. Tem a Amazônia, portanto, uma posição extrínseca em relação ao bloco uno constituído pelo Planalto Brasileiro, aproximando-se dos domínios do Caribe e dos Andes. Em contrapartida, a fabulosa massa de água do Amazonas, com sua disposição transversal, permite a penetração do mundo marítimo até o âmago do heartland sul-americano, assegurando a sua vinculação com o Atlântico.

Por sua posição, sempre esteve mais exposta às influências externas e permaneceu até hoje à margem do sistema espacial nacional. Pelas características de seu quadro natural, teve dificultada sua plena ocupação, a intensidade do povoamento se fazendo sentir em função da valorização momentânea de seus recursos e da força dos centros que comandavam o sistema espacial.

2.1 - A ação de "centros" externos

Numa primeira fase do processo de crescimento nacional, que se estendeu até o início do século XX, o Brasil, como toda a América Latina, constituía grande fronteira de recursos, fornecedora de matérias-primas valorizadas para o "centro" europeu.

Nessa fase, em que a estrutura espacial se caracterizava pela presença de grandes regiões de produção voltadas para a metrópole, a Amazônia não fugiu à regra; percebida como manancial de recursos, constituiu-se como grande "ilha" econômica, fornecedora de especiarias

ao exterior. Sua ocupação, contudo, diferiu das outras regiões de produção baseadas na agropecuária ou na mineração, que tiveram povoamento espacialmente contíguo . A força da Metrópole não era suficientemente poderosa, econômica e tecnologicamente, frente às condições de espaço e posição da região. Limitou-se, assim, à utilização dos fatores naturais mais abundantes e ostensivos da região — a floresta, barreira à ocupação, mas base da economia extrativista; os rios, eixos de penetração e circulação, mas também de dispersão.

Resultou, portanto, a ocupação da Amazônia em penetração muito extensa em área, mas com povoamento reduzido a linhas e pontos. Pontos, representados pelos povoados implantados nas confluências estratégicas de transbordo da navegação fluvial, e linhas, representadas pela ocupação esparsa ao longo dos rios, que convergiam para um grande ponto: Belém, elo na cadeia de exportação para a metrópole, porta de entrada e saída do heartland.

A valorização da borracha em fins do século XIX, como decorrência da revolução industrial, traz à região forças mais poderosas, representadas pelos centros dinâmicos de então — Inglaterra e USA. Resultou daí uma intensificação da economia extrativista, capaz de, com a mão-de-obra nordestina, ultrapassar as corredeiras dos afluentes da margem direita e conquistar o Acre. A maior intensidade de exploração deixou marcas mais profundas do que as decorrentes dos quatro séculos anteriores; implantou-se uma economia colonialista mais violenta, grandes desníveis econômicos e sociais se elaboraram na parca população, que permaneceu na área, as terras foram apossadas em grande escala, embora não povoadas, e um processo de crescimento urbano se desencadeou, em Belém e Manaus, centros que incharam com o refluxo da população, após a decadência da borracha.

2.2 - A emersão de "centro" nacional e elaboração de desequilíbrios espaciais

Uma segunda fase no processo de crescimento econômico brasileiro é representada pelo processo de industrialização. Provocando drásticas mudanças na estrutura espacial, esse processo cria no País um "centro", que passa a dirigir a elaboração do sistema espacial nacional. Depauperada pela crise, totalmente dependente do exterior, a Amazônia não conseguiu se articular ao País, sob o comando do centro emergente.

Inovador e cumulativo, o processo de substituição de importações, dominante da primeira guerra mundial aos primeiros anos de 1960, concentra-se no Rio de Janeiro e São Paulo, cujo rápido crescimento impõe no País uma estrutura polarizada tipo centro-periferia, esfacelando gradativamente o antigo "arquipélago" econômico.

As relações entre o centro e periferia se fazem segundo as necessidades do centro, e a vantagem comparativa das periferias no que tange a sua capacidade de suprir o centro e de absorver seus produtos manufaturados. Regiões mais próximas, bem dotadas em recursos e com mercados razoáveis, suprem satisfatoriamente as necessidades do centro em sua fase inicial de crescimento. A primeira região a se articular é o Sul, e após a segunda guerra mundial inicia-se a do Nordeste.

Quanto à Amazônia, ressente-se da distância e de vantagens comparativas, constituindo verdadeiro ônus para a administração pública, a depressão econômica da borracha, o desastre da ocupação agrícola na Bragantina, fornecendo uma imagem pessimista do "inferno verde"

e dos solos tropicais que rapidamente se deterioram. O fraco reativamento econômico aí verificado, a partir de 1930, não modifica o quadro nem a imagem regional. A inovação é vinda do exterior, representada pelos japoneses que produzem juta e pimenta-do-reino, principalmente para a exportação. Fracos laços regionais se elaboram através da produção comercial para Manaus e Belém, e as ligações que se estabelecem com o "centro", através da exportação de borracha, juta e malva, e importação de manufaturados e alimentos por via marítima (que chegam ao local com preços exorbitantes), embora débeis, são suficientes para acentuar a economia colonialista implantada com o ciclo da borracha. A diferença é que, agora, o centro fornecedor de manufaturas desloca-se do exterior para o SE do País.

Permaneceu, assim, a região à margem da elaboração do sistema espacial nacional como uma periferia não integrada, ainda vista como uma "ilha" voltada para o exterior, verdadeira colônia ultramarina.

No que tange à Amazônia, do que se pode depreender da atuação dos "centros" até essa fase, paradoxalmente, frente às forças que atuaram motivadas por interesses imediatistas, os fatores ambientais, se por um lado constituíram um freio a essa atuação, por outro conseguiram preservar a região de uma ação predatória maior. Quanto mais fracas as forças em ação mais preservada a região; quanto mais poderosas mais desastrosas as conseqüências. Tais ensinamentos se afiguram extremamente importantes no momento em que o centro dinâmico do País, extremamente fortalecido, econômica e tecnologicamente, decide lançar-se à conquista definitiva da Amazônia.

Quanto ao sistema espacial, um balanço da fase de substituição das importações revela a elaboração de uma estrutura espacial do tipo centro-periferia em que, sob o comando do centro dinâmico, articula-se o território nacional, ao mesmo tempo em que grandes disparidades regionais se elaboram: o Sul com periferia dinâmica, o Nordeste como periferia deprimida e a Amazônia como periferia não integrada, as duas últimas constituindo regiões-problemas.

As disparidades regionais implicando num *feedback* positivo geram um *feedback* negativo, representado pela emersão de uma política nacional de desenvolvimento regional, para atender às necessidades políticas e econômicas. Por um lado, tensões socioeconômicas e políticas no Nordeste surgem, passando a ser objeto da preocupação política. Por outro lado, o dinamismo crescente do centro exige vazão para suas manufaturas, mediante a tentativa de ampliar o mercado interno. Surge, então, a necessidade de integração nacional induzindo à gradativa elaboração de uma política nacional de desenvolvimento regional.

2.3 - Ações corretivas. O fortalecimento do desequilíbrio interno e a nova percepção da Amazônia

Como uma contingência dos modos com que se desenvolveu a industrialização, prenuncia-se nova etapa do crescimento econômico no País, por volta de 1960. Essa etapa de integração nacional, caracteriza-se, inicialmente, por duas ações corretivas induzidas pela elaboração espacial: a criação da SUDENE (1959), que reflete simultaneamente a preocupação com a periferia e com os interesses do "centro"; a construção de Brasília, que simboliza a nova percepção do espaço nacional, decorrente das motivações geradas pela nova conjuntura econômica, social e política. Data dessa época o lançamento das primeiras rodovias

para articulação da grande "ilha" amazônica ao sistema espacial: a Belém—Brasília e a São Paulo—Cuiabá—Acre que, num movimento de pinças, estabelecem grande arco em torno da *Hiléia*.

A ação corretiva do desequilíbrio representada pela SUDENE e por Brasília gerou, contudo, fortes tensões no sistema. Paralelamente, a crescente industrialização de São Paulo é freada, não mais apenas pela fraqueza do mercado interno como pelas dificuldades em importar e pela inflação. Desacelera-se o processo de industrialização, indicando o esgotamento do modelo de substituição de importações.

Tal situação conflita com os interesses de uma nova elite empresarial urbana, que se fortalecera com o crescimento industrial do "centro" e que, provavelmente, apoiou a mudança política verificada no país. Com esta mudança, orienta-se a política econômica para a racionalização da produção industrial, mediante a contenção de créditos e salários, gerando a concentração de empresas que exigem escalas mínimas de produção. Essa concentração refletiu-se no espaço por uma concentração na *core region,* implicando *feedback* positivo para o sistema. O desvio do equilíbrio espacial foi ainda acentuado com os resultados da política adotada pela SUDENE. Efetuada a partir do "centro", sem atentar para a realidade da periferia, essa política deu ênfase à implantação de rodovias e de modernas fábricas. Embora criando um "centro" industrial na periferia, representado por Salvador e Recife, e absorvendo população, principalmente no setor terciário, essa política criou um forte desequilíbrio intra-regional e não solucionou o problema do desemprego e da falta de uma infra-estrutura agrícola, numa região onde cerca de 60% da população depende desse setor. Por outro lado, embora houvesse o deslocamento físico das unidades de produção para a região, o poder de decisão permaneceu no "centro"", contribuindo para reforçar a estrutura econômica polarizada (BECKER, novembro de 1972).

Como resultado da poderosa concentração industrial e da ação governamental, modifica-se a estrutura espacial. A mudança se faz sentir em imenso arco à volta do "centro" e no intenso crescimento urbano e a elaboração do sistema espacal interessando à metade do território nacional. Nas áreas mais próximas ao "centro" moderniza-se a agricultura, multiplicam-se as indústrias, amplia-se o setor terciário, e novos centros surgem, espontaneamente, na periferia, representados por Belo Horizonte e Porto Alegre. Como resultado da ação governamental, novo "centro" surge também no NE — representado por Salvador e Recife — esboçando-se, ainda, um outro centro correspondendo a Goiânia e Brasília. Em decorrência da formação de regiões metropolitanas na fachada costeira, a grande periferia nacional começa a ser reduzida a periferias intermetropolitanas, como é o caso do Nordeste de Minas Gerais e do Norte do Espírito Santo.

Enquanto tamanhas transformações se processam, metade do território, a Amazônia, permanece à margem do sistema espacial. A implantação de rodovias que a contornam, desencadeando movimento pioneiro ativo, constituído por grandes pecuaristas do "centro", e pelo excedente demográfico das regiões deprimidas, representam um primeiro passo na vinculação terrestre da região com o "centro", captando a fímbria da *Hiléia* para a órbita do "centro".

A modificação da estrutura espacial, indicando uma segunda fase no modelo centro-periferia, não eliminou, contudo, o grande desequilíbrio estrutural, uma vez que o poder de decisão se concentra cada vez mais no "centro", e o substrato de tensões sociais persiste.

A acentuação do desequilíbrio teria, pois, que gerar nova ação no sentido de volta ao equilíbrio e continuidade de crescimento, uma vez

que as tensões não foram solucionadas. Ao que tudo indica, contudo, a partir daí, esboça-se uma momentânea defasagem entre as prioridades políticas e os interesses imediatos da elite empresarial. Dado a dificuldade em ampliar o mercado interno, a iniciativa privada interessa-se, sobretudo, pela exportação de manufaturados, inicialmente para a ALALC e, posteriormente, para áreas extracontinentais. Embora também interessado na exportação, o governo, diante dos desequilíbrios internos e de interesse quanto à política externa, opta por uma política de integração nacional e continental.

Nesse contexto, modifica-se a percepção da Amazônia, que assume posição-chave frente às prioridades políticas de ordem interna e externa.

No plano interno, a integração regional é vista como capaz de promover o equilíbrio geopolítico interno, oferecendo uma solução conjunta para os problemas da tensão demográfica da periferia deprimida e da continuidade do crescimento do "centro". O desvio das correntes migratórias do Nordeste para a Amazônia não só aliviaria a periferia deprimida como o próprio "centro", já saturado com o êxodo rural. Simultaneamente, abrir-se-iam para o "centro" perspectivas quanto a novos investimentos, mobilização de novos recursos e absorção de suas manufaturas.

As implicações geopolíticas de ordem externa não são menos importantes. O grande vazio demográfico e a posição setentrional, extrínseca ao sistema espacial nacional, tornam a região extremamente vulnerável a interesses estranhos.

A possibilidade de organização de focos revolucionários é uma primeira preocupação. O problema de segurança nacional se coloca, também, em relação ao dinamismo interno dos países vizinhos, com os quais o Brasil tem contato através de 11.000 km de fronteira. As fronteiras, faixas de transição e contato com países vizinhos, são forças centrífugas dentro de um Estado que tem a contínua preocupação de integrá-las. Fronteiras mortas até o momento, pois que despovoadas de ambos os lados passam, as fronteiras amazônicas, a adquirir significado maior no momento em que também os países vizinhos elaboram seus sistemas espaciais. Ainda que com menor intensidade, países mais avançados no processo de industrialização, como Venezuela, Colômbia e Peru, têm também seus centros dinâmicos, suas periferias deprimidas e seus excedentes demográficos, que se dirigem para suas respectivas Amazônias em movimentos espontâneos ou dirigidos. Por sua menor dimensão, esses países têm uma vantagem em relação ao Brasil, pois que seus "centros" vitais estão mais próximos das respectivas fronteiras. Na Venezuela constrói-se o imenso complexo industrial de Guyana e estendem-se rodovias em direção às fronteiras, com forte influência sobre Boa Vista, que é, em grande parte, suprida por essa estrada. No Peru, a presença de Iquitos, centro regional importante, com mais de 150.000 habitantes, as refinarias aí instaladas, os projetos agropecuários em andamento na Amazônia peruana e a proximidade de Pucalpa, constituem motivo de preocupação quanto à possível influência sobre a população brasileira da fronteira. Surge daí a necessidade de assegurar a vivificação e a integração das regiões fronteiriças.

Essa preocupação está intimamente associada a uma terceira, a necessidade de assegurar a presença do Brasil na valorização da Amazônia sul-americana. Por um lado, a crescente tendência a aumentar as exportações do país, reforçada pela conjuntura mundial recente, que amplia as perspectivas de valorização das matérias-primas, torna importante garantir a exploração imediata ou futura dos recursos da região com a participação brasileira. Por sua posição de contato com

os domínios andinos, poderia ela ser capturada para a órbita do Pacífico e do Caribe, escapando ao controle do País. Os projetos do Instituto Hudson, a construção da Carretera Bolivariana Marginal de la Selva, rasgando o interior amazônico, são possíveis manifestações desses interesses.

Por outro lado, em decorrência de seu poderio industrial crescente, projeta-se o País em âmbito extranacional, tentando estreitar suas relações com os países vizinhos. O crescimento das exportações de manufaturados para a ALALC, a exportação de automóveis para a Venezuela, os acordos para a exploração de gás e implantação siderúrgica na Bolívia, a construção de Itaipu, os financiamentos ao Equador e ao Chile, os estudos para exploração do carvão colombiano, parecem ser manifestações da nova conjuntura.

Entende o País que, embora constituída por nove unidades políticas, em virtude da homogeneidade de seu quadro natural e socioeconômico, a Amazônia requer esforços conjuntos para sua valorização. Por sua posição no âmbito do grande vale, porque contém 63,4% da Amazônia total, e por seu dinamismo econômico, caberia à Amazônia brasileira ter, além do comando do rio, a iniciativa da ação desenvolvimentista global amazônica num Programa de Desenvolvimento Integrado Pan-Amazônico.

Diante das prioridades estabelecidas, assumem extraordinária importância justamente os fatores que no passado dificultaram a sua ocupação: o espaço despovoado e a posição. Em contraposição à visão pessimista vigente em fase anterior, a Amazônia passa a ser percebida como região de imensas possibilidades, verdadeira "fronteira de recursos"; além do que alarga-se o espaço percebido não só em termos da vastidão de sua área como em termos de Amazônia sul-americana.

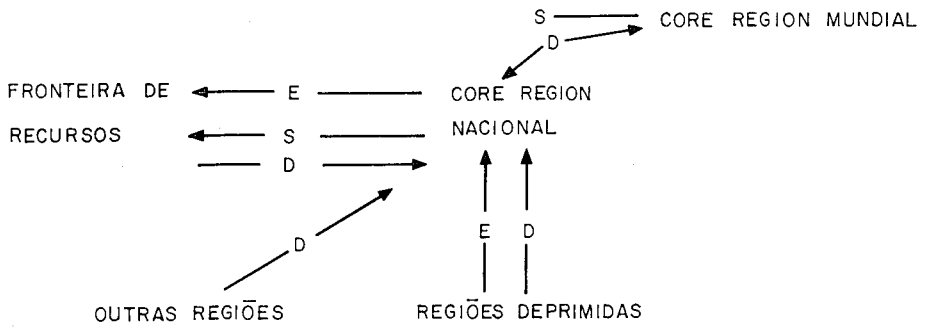
3. A integração da fronteira de recursos: forças atuantes

Fronteiras de recursos são definidas como zonas de povoamento novo, em que o território virgem é ocupado e tornado produtivo. Fronteiras contíguas localizam-se à frente de zonas de povoamento antigo, e correspondem às frentes pioneiras. Fronteiras não contíguas estão separadas dos centros de povoamento por amplas áreas desabitadas. Passam a existir com a descoberta de recursos naturais importantes e o comprometimento do governo e firmas privadas em explorar as oportunidades comerciais que elas apresentam. A presença de recursos naturais em grande escala e economicamente atraentes é uma condição básica e força motivadora central para a iniciativa privada. A preocupação governamental é mais complexa do que a simples maximização dos lucros, visando à ocupação permanente da região, à criação de bases para desenvolvimento de áreas atrasadas e à aproximação da fronteira da órbita da economia. A característica fundamental da fronteira de recursos é a distância em relação aos centros de população, indicando que no passado não eram consideradas excelentes para ocupação e cultivo, situadas que estão em regiões distantes e inóspitas ao homem. A sua ocupação é, portanto, um empreendimento de alto custo. Somente recursos de alto valor ou motivações políticas justificam o empreendimento (FRIEDMANN, 1966).

Por seu valor estratégico e pelo alto valor de seus recursos naturais, a região é capaz de atrair inovações e efeitos difusores do desenvolvi-

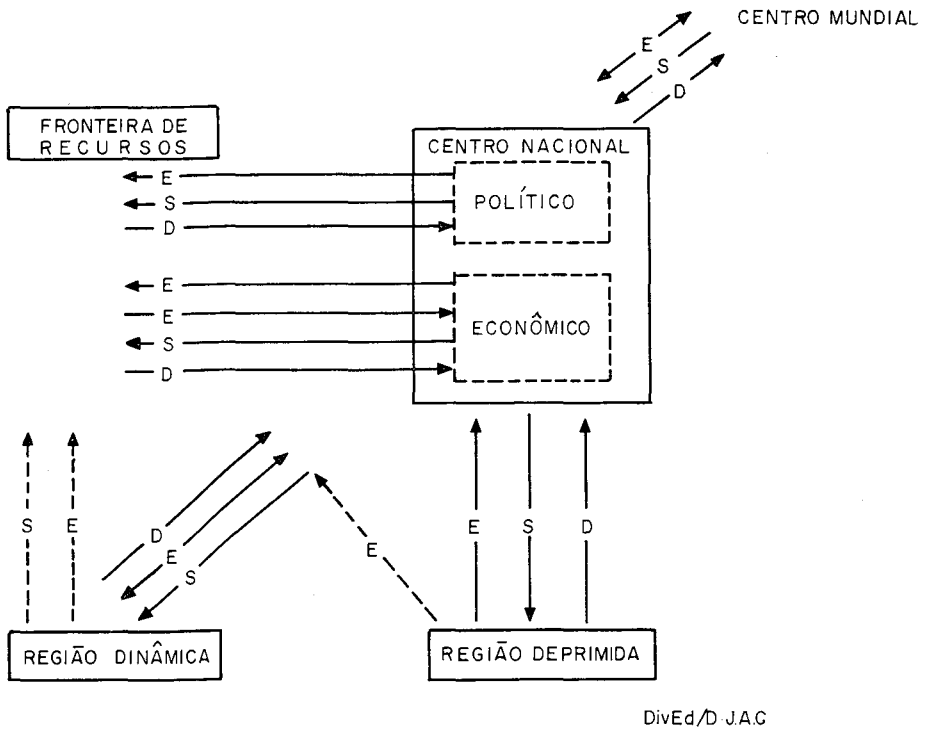
mento, tais como capital, tecnologia, população — tanto de centros nacionais como de centros mundiais — tornando-se verdadeiro campo de atração de forças externas.

Tentativas de operacionalizar as relações no sistema espacial se expressam pelo esquema abaixo (STOHR, 1972):



E = potencial econômico (capital, e/ou mão-de-obra, e/ou manufaturas no sentido da fronteira; recursos naturais no sentido inverso)
S = inovação societal (institucional)
D = retirada do poder de decisão

No caso da Amazônia, em decorrência da evolução do sistema espacial, entende-se que se trata, até o momento, de uma fronteira de tipo eminentemente governamental. Modificações devem, pois, ser introduzidas, sugerindo-se o seguinte esquema preliminar para a situação no País:



(a linha tracejada indica fraca intensidade)

Frente às suas prioridades políticas, é o Governo que promove a atração das forças para a integração da região, cuja análise deve ser feita a partir da intensidade com que essas forças atuam.

3.1 A força política

Em coerência com seus objetivos, a força política é a mais poderosa na integração da região. Representada pelos diferentes órgãos do governo central, atua na implantação da infra-estrutura preparatória à moderna conquista da Amazônia, focalizando principalmente a integração física do território, a integração psicossocial e a captação direta de recursos.

a) *A integração física*

É representada pela implantação da rede rodoviária, elemento primordial para reduzir a distância física e permitir o acesso à região.

A Belém—Brasília e São Paulo—Cuiabá—Porto Velho, implantadas em torno de 1960, articulam a borda da região ao centro vital do País, refletindo as motivações econômicas da época. Divergindo das anteriores, que convergem para o centro dinâmico, a rodovia Transamazônica tem traçado transversal ligando a Amazônia ao Nordeste; articulando os pontos terminais da navegação fluvial com o esquema rodoviário do Nordeste, visa favorecer às relações entre as duas regiões. A par da canalização do fluxo demográfico do Nordeste, sugere também esse traçado, além da maior facilidade de trocas com países vizinhos, a idéia de um "corredor de exportação" de matérias-primas e manufaturados, não só para o Atlântico como para o Pacífico (de Cruzeiro do Sul alcançar-se-á Pucalpa, no Peru, que tem muito boas ligações rodoviárias com Lima).

A Perimetral Norte, cortando a faixa de fronteiras, expressa as motivações geográficas acima mencionadas, e as rodovias com traçado longitudinal — a Cuiabá—Santarém, e a Porto Velho—Manaus — asseguram as vinculações com o "centro" de Sudeste.

O impacto dos eixos de penetração sobre a região é violento. Não só porque abre a região a novas idéias, pessoas, mercadorias, informações, mas pela rapidez com que a penetração da inovação se faz, destoando fortemente do ritmo lento que prevalecia na região. As relações calcadas em via fluvial eram percebidas em termos de meses e dias; sabia-se o mês e o dia da chegada e da saída de uma mercadoria, que demorava 20 dias a 1 mês para chegar de Manaus a Rio Branco, subindo o Solimões, o Purus, o Acre até as corredeiras durante a cheia, pois que na vazante a circulação se interrompia. Mesmo áreas muito próximas, relacionadas por via fluvial, eram extremamente distantes em termos de tempo; de Porto Velho a Rio Branco era necessário descer o Madeira, subir o Amazonas, o Purus e o Acre. Hoje, quando a rodovia permite o deslocamento de São Paulo a Rio Branco em dias, as relações passam a ser percebidas em termos de horas.

Grande transformação se verificou, portanto, nos meios de circulação, com a decadência da navegação fluvial e da navegação aérea, que eram os elementos vitais para circulação na área. Concomitantemente, o transporte direto e constante abalou o comércio local, provocando a marginalização dos atacadistas que, armazenando as mercadorias, vendiam os gêneros por preços exorbitantes na estiagem. Assim, alguns

gêneros se beneficiaram com a vinda da rodovia, principalmente gêneros alimentícios (café, açúcar refinado, que começou a ser adotado na região) e bens de consumo imediato e duráveis, como cigarros, copos, móveis, automóveis etc. Em contrapartida, o material de construção, dado a alta procura e o custo maior de transporte rodoviário, chega à região a preços exorbitantes.

A presença da rodovia trouxe, também, radical transformação na vida de relações da região, capturando o Norte de Mato Grosso, Rondônia e Acre da órbita de Belém para a de São Paulo; como bem dito por um habitante local, "a BR separou o Acre da Amazônia, ligou-o a São Paulo". Com efeito, a maior parte dos fluxos comerciais se fazem agora com São Paulo, que envia não só combustível, manufaturas, como alimentos (100% do abastecimento de batata, 40% do arroz consumidos em Rondônia). A presença do "centro" nordestino já se faz notar na região pela exportação de eletrodomésticos de Pernambuco, principalmente para Porto Velho que, por ser zona franca para certos produtos, compensa os custos do transporte. Intensificadas as exportações regionais tradicionais — borracha, castanha, madeira — diversificaram-se, destinando-se em parte a São Paulo e em parte para Manaus e para o exterior.

Persiste, portanto, o tipo de economia colonialista, agora muito mais intensa, a região absorvendo manufaturados e exportando matérias-primas.

Como corolário dessa situação, fortes desigualdades se introduzem na região. Áreas estagnadas contrastam com áreas dinâmicas, situadas ao longo dos eixos rodoviários, onde se adensa a população migrante; as cidades fluviais que viviam do comércio atacadista, como Guajará Mirim, decaem, enquanto crescem aquelas situadas junto à rodovia, principalmente as capitais dos Estados e Territórios. Segundo informações locais, Rio Branco está crescendo à taxa de 10,2% ao ano; Porto Velho incha em sua periferia, invadida por migrantes, e contém uma população flutuante de 100.000 pessoas; em Cuiabá projeta-se o deslocamento do centro administrativo para outra área, pois as ruas e os encanamentos da cidade não suportam o tráfego intenso de automóveis e caminhões. Tal crescimento não se processa sem grandes inconvenientes, uma vez que essas cidades não têm estrutura para arcar com a intensidade e rapidez dessa penetração. Em Rio Branco, para suportar a chegada do automóvel, a prefeitura foi obrigada a calçar a cidade com tijolos, pois não há pedras na região. Os problemas de saneamento, residencial, de serviços, se avolumam, sem que se possa solucioná-los, dado os orçamentos restritos das municipalidades, comprometidos, em grande parte, com o funcionalismo (40% em Rio Branco) e a falta de preparo administrativo.

Atordoadas com os problemas que surgem, as prefeituras são assessoradas pela SERFHAU, que promove a elaboração de planos para as sedes estaduais. Elaborados por firmas de São Paulo e do Rio de Janeiro, esses planos nem sempre atendem às necessidades da realidade local, preocupando-se mais em melhor preparar a cidade para a sua articulação com a rodovia. O plano de Rio Branco é essencialmente um plano viário, quando as condições de saúde e educação na cidade são extremamente insatisfatórias. O plano elaborado para Porto Velho foi refutado pela Câmara de Vereadores local.

A penetração dos padrões da sociedade moderna, por sua vez, traz uma grande transformação nas aspirações de consumo e profundos contrastes sociais, que se expressam concretamente em Rio Branco pela presença de lojas de geladeiras, automóveis e até televisores, ao lado das

palafitas, sem os mínimos requisitos de conforto sanitário e material. Contrastes sociais também se elaboram entre as áreas pioneiras, onde uma sociedade nova, dinâmica, sem lei, se estabelece ao lado de áreas tradicionais, com uma sociedade estagnada e estratificada. Em certas áreas, como em Rondônia, um terceiro elemento de diversidade aparece — a Sociedade Indígena.

A intensidade da força de integração física se faz, portanto, desordenadamente, e sua rapidez impede um tempo útil de preparação para suportar o seu impacto.

b) *A integração psicossocial*

Tendo em vista que o poder sobre a opinião é uma das formas de poder mais importantes na atualidade, a força política atua intensamente nesse setor, visando incorporar a Amazônia ao restante do País e, num sentido inverso, através de um fluxo de informação do Centro para a periferia, difundir os valores do Centro para uma população marginalizada no espaço e no tempo.

Esse aspecto assume especial importância na faixa de fronteira que, dado à inacessibilidade, permanece exposta a influências externas. Com efeito, nessa faixa, é mínimo o acesso à informação proveniente das regiões vitais do País, tanto no que se refere à circulação de jornais quanto a ligações telefônicas e ao rádio. As emissoras nacionais, principalmente a Tupi de São Paulo e Rio, alcançam a região durante o dia; mas à noite, justamente quando há maior audiência, sofrem a interferência de rádios estrangeiras — BBC, Voz da América, Albânia, Pequim, Cuba e Moscou.

No campo psicossocial, a força política age através da EMBRATEL, que implanta rede de tropodifusão, e permite ligações telefônicas em minutos; do MOBRAL, cuja atuação tem tido grande penertação, quer nos meios rurais quer nos urbanos, não só na alfabetização de adultos como na transmissão dos valores do centro. Há quem faça restrições ao MOBRAL, referindo-se ao descuido da educação infantil e ao tipo de informação incompleta e pouco operacional que transmite, o que representaria fator de frustração e tensão. O Projeto Rondon é um terceiro agente da integração psicossocial; cristalizando um movimento espontâneo da juventude universitária, procura, de um lado, conscientizá-la quanto à realidade do País através de estágios durante os quais, por outro lado, um fluxo de informação é levado à região, através de assistência à população, quer profissional quer para desenvolver o espírito comunitário e as lideranças locais.

Se o Projeto Rondon teve um grande efeito no sentido de aproximar a Amazônia da mente do restante do País, o mesmo não se pode dizer do seu efeito assistencial às populações locais, dado o caráter esporádico dessa atuação. A implantação dos campus universitários, áreas de atuação permanente da Universidade no interior, embora visando levar a educação de base às áreas selecionadas, parece ter também um sentido, muito mais ativo, de pesquisa e levantamento de informações básicas sobre a região, de modo a contribuir para melhor penetração da sociedade moderna. Nesse sentido, tem função semelhante ao grande agente de levantamento de informações que é o Projeto RADAM.

A observação das Universidades em ação indica as relações especiais em jogo; dos *campus* existentes e em construção, quatro são de Universidades de São Paulo, três do Rio Grande do Sul e duas de Minas Gerais, bem revelando a atuação do "centro" na região.

c) *A captação direta de recursos*

A par da preparação da infra-estrutura, a força política atua mobilizando recursos diretamente para a região.

Recursos financeiros da iniciativa privada são atraídos pelos incentivos fiscais, coordenados pela SUDAM, com o apoio do BASA.

Se a política de incentivos fiscais permite uma dispersão dos investimentos pela iniciativa privada, outros incentivos são orientados para uma concentração espacial, com o intuito de criar pólos de desenvolvimento. É o caso da criação da zona de livre comércio e incentivos especiais em Manaus, para nacionais e estrangeiros, cidade escolhida para pólo, em virtude de sua posição geográfica de posto avançado em relação à Amazônia ocidental e à fronteira Norte. Os incentivos especiais têm conseguido atrair, efetivamente, não só um comércio ativo como indústrias nacionais e estrangeiras, sobressaindo as de jóias, confecções, cristais e eletrônica. Exportadas para o próprio pais e para o exterior, essas indústrias não conseguiram, contudo, transformar Manaus em pólo irradiador de desenvolvimento para a região em torno.

A análise das importações das mercadorias através da zona franca de Manaus permite observar as relações espaciais decorrentes dessa força política. Em 1971, de um total de quase Cr$ 900.000,00, mais da metade desse valor correspondia a importações nacionais, e destas, o Sul contribuía com metade. Se às importações do Sul se acrescentar as importações da Região Leste, então as duas regiões suprem em 3/4 as importações nacionais da zona franca.

No que tange aos incentivos fiscais, têm sido eles utilizados por grandes empresas para exploração agropastoril ou mineral e, se representam um investimento na região, por outro lado, os lucros obtidos são para empresários do "centro", onde também reside o poder da decisão econômica.

A mobilização de recursos humanos é outra faceta dessa atuação, visando ao povoamento da fronteira, à absorção dos excedentes demográficos do Nordeste e à obtenção de força de trabalho.

Além de pequeno, o contingente demográfico da Amazônia encontra-se muito mal distribuído e, em virtude da economia extrativista, grande parte da população é isolada física e culturalmente, sem qualquer sentido comunitário, tornando-se incapaz de suportar o impacto da rápida penetração da sociedade moderna.

Organizou-se, então, um fluxo de recursos humanos para a região. A forma mais imediata de deslocamento de população é através do seu emprego na própria construção de estradas. Calcula-se em 8.000 os trabalhadores da Transamazônica, e quase 2.000 na Cuiabá—Santarém (1.500 civis e 400 militares).

Uma segunda forma de mobilização é representada pelos planos de colonização, a cargo do INCRA, como parte integrante do PIN, * previu-se "planos de colonização e reforma agrária" em faixas de 10 km às margens da Transamazônica e da Cuiabá—Santarém. Em se tratando de áreas despovoadas, certamente não se pode referir a uma reforma agrária, restando, portanto, os planos de colonização. A intensa propaganda feita não conseguiu atrair, em grande escala, a população nordestina. Dos que migraram para a região, muitos retornaram em curto período; as condições climáticas e edafológicas, além de muito diferentes de suas regiões de origem, são também adversas, estabelecendo grandes restrições a um grande número de espécies e tornando difícil a escolha

* Programa de Integração Nacional (1970).

de uma combinação agrícola. Além do que, a distância em relação aos mercados desfavorece a competitividade da produção, já prejudicada pela pouca assistência técnica. A incapacidade de infra-estrutura das cidades locais, que servem de apoio à construção de estradas, em absorver os migrantes, tem trazido repercussões profundamente negativas, não só para os colonos como para as próprias cidades, como bem mostra documento recente do Ministério do Interior.

No que tange a outros núcleos coloniais, não é muito diversa a situação. Com o objetivo de ocupação das terras, na área de São Paulo—Porto Velho—Acre, o INCRA procura apoiar as famílias que migram para a região, organizando núcleos coloniais, com lotes de 100 ha, dos quais 50% têm que ser mantidos em mata, de acordo com o *Código Florestal*. Os projetos de colonização se instalam em áreas do Governo, muitas vezes segundo uma motivação estratégica. A dificuldade de assistência técnica e financeira, a localização de núcleos em áreas de solos pobres, por motivo de segurança (Projeto Sidnei Girão, em Rondônia), e a grande dificuldade de comercialização, especialmente no que se refere ao armazenamento de produção, impedem o progresso desses núcleos, com algumas exceções, como a do Projeto Ouro Preto. Em Rondônia, por exemplo, a produção de arroz nesses núcleos cresceu muito, e seria suficiente para abastecer o Território; dado a falta de armazenamento não há possibilidade de estocagem, sendo a produção escoada totalmente na safra, pelos "marreteiros", pessoal dos caminhões, que trazem produtos de São Paulo para Porto Velho e levam o arroz como lastro em sua viagem de volta. Na entressafra, o Território é obrigado a comprar arroz de fora.

Paralelamente aos projetos de colonização, o INCRA tem o encargo de discriminar as terras públicas, reincorporando ao patrimônio da União as terras não ocupadas, mediante o reconhecimento das posses legítimas e a análise dos títulos. Parte dessas terras é redistribuída aos pequenos colonos. Ora, dado a estrutura fechada da economia da Amazônia, o seringalista tomou posse de imensas extensões de terras entre dois rios, sem se preocupar com a regularização dos títulos, com exceção das áreas mais povoadas; assim, em todo o Território de Rondônia, existem somente 200 títulos de propriedade! Há, pois, um grande problema na superposição do sistema legal da sociedade moderna ao código da floresta; nessa superposição saem perdendo as forças locais, e principalmente os pequenos, os seringueiros, que recebem indenização irrisória por suas benfeitorias. O mesmo ocorre com os posseiros, que migraram espontaneamente para a área, derrubaram a mata e fizeram suas roças. sem títulos para suas terras, são inexoravelmente expulsos.

Paradoxalmente, portanto, se por um lado o INCRA tenta apoiar o pequeno agricultor, por outro lado, através da regularização das terras, os desfavorece e torna as terras disponíveis para os grandes empresários de fora da região. Essa atuação, somada aos insucessos da colonização, deixa na região uma força de trabalho disponível para os empreendimentos privados extra-regionais.

3.2 A força econômica

Bem mais fraca que a força política, a força econômica tem vários componentes: o investimento público, o investimento estrangeiro, o investimento privado nacional, os técnicos e a mão-de-obra:

a) O componente de maior intensidade da força econômica é o *investimento público* que, para atender aos elevadíssimos custos da

integração física, psicossocial e da captação de recursos, utiliza recursos em parte orçamentários, em parte retirados dos incentivos fiscais e em parte financiados pelo exterior. O investimento público também responde pela implantação da indústria de base.

b) Um segundo componente é o *investimento estrangeiro,* representado tanto pelos financiamentos de Bancos internacionais como por um empresariado privado que atua muitas vezes associado ao nacional, principalmente nos setores da exploração mineral e madeireira, com vistas à exportação.

No que tange à mineração, além da exploração do manganês no Amapá, ressalta a da bauxita no vale do Trombetas—Maecuru, onde atuam os grandes grupos internacionais do alumínio, e a do ferro da serra dos Carajás, que será explorada pela Cia. Vale do Rio Doce e a United Steel. Na exploração da cassiterita, em Rondônia, os investimentos estrangeiros não são tão preponderantes.

Descoberta em 1952, casualmente, a cassiterita somente em 1960 despertou a atenção dos seringalistas, que passaram a pesquisar suas terras. Em 1968 o Departamento Nacional da Produção Mineral instalou-se na área e hoje, sua Residência Especial de Rondônia, subordinada diretamente ao Rio de Janeiro, faz o levantamento dos recursos minerais e a fiscalização da lavra na Província Estanífera, que abrange todo o Território de Rondônia e grande parte do Mato Grosso, Acre e parte do Pará onde se intensifica a pesquisa. A cubagem da cassiterita indica 200.000 toneladas, e as reservas estimadas são de 1.500.000 t, com um teor de 60-70%, enquanto que na Bolívia é de 30-40%.

A exploração até então era feita por garimpagem, que aproveitava somente 40% das jazidas e entulhava os igarapés: à medida que grandes companhias se instalaram, trazendo todo o equipamento por avião, a lavra tornou-se semimecanizada, e os garimpeiros foram sendo eliminados, até que, em 1970, uma portaria do Ministério de Minas e Energia encerrou a atividade da garimpagem, proibindo-a. As companhias mineradoras derrubaram os "tapiris" (garimpos) ateando fogo, extinguindo-se a fase artesanal da exploração.

Hoje, 14 grupos de mineração, englobando 90 empresas, atuam na Província. As companhias em lavra absorvem 1.400 homens registrados, estimando-se em apenas 2.000 o número total de trabalhadores, sujeitos à total instabilidade. O que fica de benefício para o Território é o Imposto Único sobre Minerais que, no ano de 1972, representou 2.900.000 milhões para o Governo do Território, para uma produção de 3.750 t de cassiterita. Essa produção, exportada principalmente para Volta Redonda, por Manaus, é praticamente toda consumida no Brasil, pois ainda importamos do exterior.

Existem mais de 5.000 pedidos de pesquisa, tendo sido outorgados (até o final de 1972) 837 alvarás de pesquisa e concedidos 30 decretos de lavra, mas somente 7 minas estão em funcionamento.

Cada companhia pode ter somente 5 áreas de atuação, cada uma com 10.000 ha; assim, há um número grande de companhias que na verdade são subisidiárias de grandes grupos, como forma de burlar a lei. Dos grandes grupos, participam principalmente capitais paulistas e amazonenses, associados por vezes a grandes grupos canadenses (National Lump), ingleses e americanos (grupo Light), e franceses (Patiño); além da perspectiva de exploração, o setor torna-se sobremaneira atraente pelos incentivos dados à pesquisa — 100% do total do investimento na pesquisa é abatido sobre a renda bruta da Cia. que, além do mais, é financiada pela SUDAM, BASA e BNDE.

Os investimentos privados estrangeiros são também expressivos na exploração da madeira, exportada para o exterior e para o sul do País. Sendo proibida a exportação em toras, numerosas serrarias e mesmo fábricas de compensados e laminados têm sido implantadas, principalmente no baixo Amazonas, por grandes empresas americanas e japoneses.

c) *O empresariado nacional,* terceiro componente da força econômica, ainda é fraco. Induzido a atuar pelos benefícios fiscais e de infra-estrutura, seleciona livremente os setores e áreas de investimento, elegendo além da mineração e da exploração da madeira, o agropecuário, que se lhe afiguram como os de maior rentabilidade.

Analisando os projetos aprovados pela SUDAM até 31-12-72, ressalta que, de um total de 502, 318 eram agropecuários, 167 industriais e 17 de serviços básicos. Os projetos agropecuários são implantados por grandes empresas (grupos ou indivíduos), com vistas basicamente à criação de gado, em grandes extensões de terra — os 318 aprovados, cobriam 7.200 milhões de ha e continham 5 milhões de cabeças de gado. Até 1972, a preferência era pelo norte de Mato Grosso, que recebeu 184 dos 318 projetos, seguindo-se o Pará com 91 projetos e Goiás com 25. A extensão das propriedades é imensa em Mato Grosso, onde os 184 Projetos ocupam 5 milhões de ha, e maior em Goiás do que no Pará (91 Projetos do Pará ocupam apenas 1.408.000 ha, enquanto que os 25 de Goiás incorporam 1.599.000 ha). Paralelamente à implantação de projetos da SUDAM, efetua-se uma expansão espontânea nas mesmas áreas.

Tal distribuição revela a expansão axial do povoamento induzido pela Belém-Brasília e a São Paulo—Cuiabá. Hoje, com a chegada do tráfego rodoviário ao Acre, a expansão se processa naquela direção. Situada na borda das áreas já povoadas, representa a expansão da fronteira agrícola, constituindo parte da fronteira de recursos contígua.

A preferência pela criação de gado se explica por ser ela a atividade mais rentável para ocupar grandes espaços com baixo investimento, e pela valorização do produto nos mercados do Sudeste e também, agora, no de Belém, nas Guianas e na Venezuela. Acresce que a criação de gado é o melhor investimento na luta contra a inflação, permitindo ocupar grandes tratos de terra cujos preços sobem contínua e rapidamente. Assim, a expansão da pecuária nesse grande arco em torno da Hiléia corresponde à dilatação da fronteira agrícola da faixa mais externa de áreas agrícolas especializadas em torno do "centro"; reflete, também, o início da especialização da agricultura para o mercado de Belém e para os mercados externos citados, pois que em Paragominas dividem-se os fluxos, parte girando para o sul e parte para o norte. A perspectiva de exportação, nunca ausente dos interesses fazendeiros, tornou-se mais plausível com a tendência que se esboçou de ampliação das exportações, e a perspectiva de acesso ao Pacífico.

Chamados genericamente de "sulistas", os empresários originam-se principalmente de São Paulo, seguidos dos do Paraná e Minas Gerais, por vezes associados a capitalistas estrangeiros, principalmente americanos e japoneses. Capitais franceses, com investimentos na Libéria e na Malásia, estão sendo investidos, com vistas à exploração racional da borracha no Acre.

A penetração na área se faz por compra e também por "grilagem" de terras devolutas, de reservas indígenas e de posseiros. Na área da rodovia São Paulo—Acre, em Mato Grosso, por onde se iniciou a expansão, há grandes problemas de terra. Dado a rapidez com que se fez a penetração, o INCRA não conseguiu dominar a situação, e encontram-

se terras com dois ou três donos, possuidores de títulos definitivos dados pelo Departamento de Terras do Estado; o Governo Federal permitiu a venda de 2 milhões de ha no município de Aripuanã, sem saber que muita de sua terra já está comprada. As grandes empresas têm tido fortes atritos com os posseiros no leste do Estado, em Luciara, Santa Terezinha e São Felix, levando os posseiros a pior, pois que sem documentos, sem títulos de propriedade, são expulsos da terra. Em Rondônia, embora a maior atração seja a extração mineral, e o INCRA seja muito atuante, a "grilagem" já se faz sentir na fronteira com Mato Grosso, e na invasão de terras públicas por uma companhia imobiliária particular. No Acre, é intensa a procura de terras por grupos e indivíduos a partir da conclusão da estrada, embora não se sabendo, ainda, a quantidade nem para que são compradas as terras. Talvez pela facilidade pela qual o Governo do Estado ofereça — muito interessado que está em atrair capitais e população do centro-sul através de intensa propaganda — talvez porque os títulos estejam mais regularizados devido à antiguidade da ocupação, a penetração no Acre se faz por compra, e com muito maior intensidade do que em Rondônia.

A expansão do empresariado privado tem sido acompanhada de graves problemas sociais. No Acre, a compra de seringais pelos sulistas, muitos deles contendo verdadeiras "colônias agrícolas particulares" de seringueiros, vem expulsando esta população; interessados no capim, os sulistas não querem manter os seringueiros dentro de suas terras, e trazem muitas vezes mão-de-obra do centro-sul, e até do Paraguai para a abertura da mata. Os seringueiros se interiorizam, procurando os seringais mais distantes, muitas vezes no Peru e na Bolívia, processando-se uma verdadeira indianização dessa população. Em Mato Grosso já ficaram famosos os "gatos", administradores de grandes empresas que fazem verdadeira escravatura branca, trazendo os trabalhadores para suas fazendas, deixando-os à míngua por falta de alimento, dinheiro e por maus tratos.

Os problemas ecológicos não são de menor monta. Pouco se sabe sobre a natureza amazônica; experiências desastrosas já se verificaram com a derrubada predatória da mata, que deixando de alimentar os solos e expondo-os às chuvas contínuas, acarreta sua rápida deterioração. Nada se sabe a respeito do comportamento do solo frente ao capim plantado, se este será ou não capaz de preservá-lo. Acrescente-se que a expansão atual tem ocupado apenas a fímbria da região, área de transição, e não propriamente a área equatorial, que é ainda uma incógnita. Sem falar da imensa riqueza abatida, representada pelas essências nativas, nobres, que bem mereciam uma exploração racional.

Menção especial no setor privado merece a colonização particular realizada pela Colonizadora Sinop S.A., na rodovia Cuiabá—Santarém. contando com larga experiência de colonização no Paraná, essa Companhia realiza um processo distinto de colonização, à base de pequenas propriedades familiares de colonos dotados de experiência e de algum capital.

Assim, a colonização tem em mira principalmente os colonos do norte do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, onde já se faz intensa a pressão demográfica, e pretende produzir para exportação através do porto de Santarém. Situada no município da Chapada dos Guimarães, a 400 km de Cuiabá e 1.150 km de Santarém pela Cuiabá—Santarém (hoje denominada de Euclides da Cunha), a Gleba Celeste totaliza hoje 279.064,8 ha, que serão ampliados em breve.

Tendo em vista a magnitude e o desconhecimento da região, a área foi dividida em quatro partes, processando-se o desbravamento e a ocupação gradativamente. Estudos de solos foram feitos, e planejou-se uma colonização agrícola apoiada por centros urbanos — Cidades Vera e Sinop — que serão centros comunitários para residência e para comercialização e processamento da produção. Considerando a tradição dos colonos e as necessidades da áreas, prevêem-se explorações mistas, aliando sempre a lavoura a um tipo de criação fundamental para a alimentação da população e a adubação dos solos. Após o desbravamento, as culturas selecionadas são a pimenta-do-reino, o rami, café, amendoim, soja e seringueira. Segundo informações recentes, quarenta famílias norte-americanas e muitas japonesas estão se transferindo de seus países de origem para a gleba.

No setor industrial, a par da mineração e da madeireira acima citadas, verifica-se, em menor número, o beneficiamento primário da castanha e da borracha — simplesmente esticando a "pela" em rolos — o que facilita a exportação para São Paulo, e dobra o preço do produto. Quanto à indústria manufatureira, tem-se restringido a Manaus, Belém, Santarém.

O setor terciário tem atraído a iniciativa privada, principalmente na construção de obras do Estado, através da concorrência pública, para melhoramento das sedes administrativas, onde também são implantadas as primeiras lojas de automóveis, geladeiras e supermercados. As firmas que atuam têm sede em São Paulo e Rio de Janeiro e, secundariamente, em Belém e Belo Horizonte.

d) A ação dessas construtoras no local integra um quarto componente da força econômica, constituída pelos *técnicos*. Importante inovação societal na região atuam em firmas de planejamento, assessoria, nos governos estaduais e nos organismos governamentais sediados na região. Nesse último setor sobressaem os nordestinos, presentes em número expressivo, revelando uma nova modalidade da migração nordestina para a região. No passado era ela essencialmente uma migração de força de trabalho; hoje é também uma migração de técnicos. No Estado do Amazonas, grande parte dos componentes do Governo é nordestina; no Acre, os 37 técnicos da ACAR são todos provenientes do Rio Grande do Norte e do Ceará, Minas Gerais sobressai nesse campo sobremaneira, uma vez que o Instituto João Pinheiro (sede em Belo Horizonte) é responsável pela árdua tarefa de elaboração dos Planos de Desenvolvimento de vários Estados.

e) O último, mas não menos importante, componente da força econômica é representado pela migração espontânea de meeiros e pequenos proprietários, que constitui uma migração de *força de trabalho*. É a migração da população móvel que sempre existiu no Brasil, e que agora se desloca também para essas paragens. Expulsos pelo empobrecimento de suas terras, ou pela minifundização decorrente da divisão por herança, ou pela valorização excessiva das terras nas proximidades das cidades, ou ainda pela expansão da pecuária de corte, essa população, que sempre impulsionou o avanço da fronteira agrícola, é atraída para a região pela intensa propaganda originária de diferentes escalões — governo central, governo estadual, companhias de "colonização".

Fato importante a ser registrado é que, se no passado o êxodo intra-rural era alimentado pela população das regiões deprimidas do

Nordeste e do Leste, hoje acrescenta-se a estas as populações do próprio Mato Grosso e do Paraná, que constituem a maioria dos migrantes para a Amazônia Meridional (Mato Grosso, Rondônia e Acre), além de paulistas e capixabas. Uma parcela desse fluxo migratório representa uma segunda etapa de migração para a população do Nordeste e Leste.

Amostragem baseada no fluxo de veículos durante o mês de junho de 1973 nas rodovias Cuiabá—Santarém e Cuiabá—Porto Velho indica a origem, o destino e a finalidade da migração (tabelas 1 e 2).

Parte dessa população é atraída pelos núcleos coloniais do INCRA, parte por empresas particulares individuais ou de colonização; pequena parte migra espontaneamente em busca de um lote maior do que aquele que possuía ou para estabelecer uma posse. A maior parte da população ativa é constituída por um contingente sem terra, conduzido pelos proprietários para a abertura da mata. Tendo em vista que os que se destinam à agricultura assim o declaram, pode-se supor que o grosso da área derrubada visa futuramente à pecuária. Pequenos proprietários também se deslocam, com vistas à agricultura, conduzidos por agenciadores ou por conta própria.

Em Rondônia, para onde o fluxo é intenso, predomina a migração de famílias, expressando a atuação do INCRA; em Mato Grosso predomina a atuação de empresas particulares de colonização ou agropecuárias, preponderando a migração masculina, provavelmente vinculada ao trabalho nas agropecuárias. Nesse setor sobressai a emigração do próprio Estado de Mato Grosso, enquanto que a do Paraná e São Paulo, dirigindo-se mais para agricultura, indica uma população dotada de algumas posses.

As dificuldades de fixação dos migrantes apontadas para os núcleos oficiais são válidas também para os pequenos proprietários, atraídos pelas companhias colonizadoras ou vindos espontaneamente, bem como para os posseiros; ainda mais desamparados, com desconhecimento total quanto aos solos de região — muito embora por vezes se propague que as terras sejam riquíssimas, aptas a qualquer lavoura — essa população em pouco tempo estará incapacitada de se manter em suas terras. Ao que tudo indica, à semelhança daquela dos núcleos coloniais oficiais e dos derrubadores de mata, essa migração representa uma migração de força de trabalho, tendo apenas contribuído para a abertura das matas a serem adquiridas pelos grandes proprietários.

TABELA 1

Fluxo migratório — junho 1973

Rodovias	Destino (%)		P. Total	P. Ativa	P. Masc.	Procedência (%)						Finalidade (%)			
	RD	MT		(%)	(%)	PR	MT	ES	SP	MG	GO	Agric.	Pec.	Derrubada	Construção
Cuiabá/P. Velho	95	—	2.146	49	31	41,5	43	13	—	1,5	1	34	8	53	4
Cuiabá/Santarém	—	100	845	58	62	47	42	—	11	—	—	30	6	64	—

FONTE: Posto fiscal dos Parecis, 9.º BEC, Mato Grosso.

TABELA 2

Migração para Cuiabá—Santarém — junho 1973

Tipos de Migração		Finalidade (%)			Procedência (%)			Total
	(%)	Agric.	Pec.	Derrubada	PR	MT	SP	
Cia. Colonização	54	52	7	41	67	20	13	100
E. Agropecuárias	29	—	—	100	—	100	—	100
Expontânea	17	100	—	—	65	16	19	100
Total	100							

FONTE: Posto fiscal dos Parecis, 9.º BEC, Mato Grosso.

Verifica-se, assim, que a força de trabalho, dentre os componentes da força econômica, é dos que mais têm atendido ao apelo para a integração. Do que se depreende do acima exposto, contudo, a tendência será a de prosseguir o processo tradicional, que vem sustentando a sua mobilidade. Acontece que, em se tratando agora da abertura das últimas áreas de mata no país, esse fato deve ser motivo de sérias preocupações.

4. A resultante: expressão do processo de integração na estrutura espacial

Teoricamente, as mudanças na estrutura espacial, responsáveis pelo desenvolvimento do sistema espacial, são medidas por taxas contínuas e diferenciadas de crescimento em atributos importantes do sistema (população, produção, etc.), e pela mudança nos padrões de interconexão entre os subsistemas (FRIEDMANN, 1972).

Embora essa análise seja prejudicada pelo caráter recente da integração espacial da Amazônia e pela falta de dados quantitativos para medição de fluxos, algumas tendências merecem ser registradas.

4.1 A estrutura do espaço regional

No que tange a incidência espacial do processo, algumas modificações se observam em atributos do subsistema: o crescimento da indústria manufatureira, ainda que extremamente localizada em Manaus, e secundariamente em Belém e Santarém, da madeireira, na foz do Amazonas; da mineração em Rondônia e no rio Trombetas (bauxita), e brevemente na serra dos Carajás (ferro), somando-se à do manganês no Amapá; o desenvolvimento dos serviços básicos não só nas cidades citadas como nas capitais estaduais, articuladas por rodovia e/ou que se tornaram sede das instituições e organismos responsáveis pela transferência de modernização — Cuiabá, Macapá, São Luís, Rio Branco e Porto Velho — para onde também agora aflui a população; o crescimento demográfico, vinculado ao crescimento urbano e à expansão das atividades agropastoris, que ocorrem na fímbria oriental e meridional da Amazônia.

Tal modificação altera a importância hierárquica das cidades regionais, reduzindo-se a primazia de Belém, centro dominante devido às suas vantagens locacionais em relação a um território imenso e atrasado, e ao seu isolamento em relação ao "centro". Rompido o isolamento e implantadas atividades com os privilégios fiscais, perde a cidade a exclusividade do controle sobre o espaço regional. Manaus, principalmente, cresce em importância graças à SUFRAMA e à sua posição estratégica quanto às ligações com a fronteira norte, com a Amazônia Ocidental e Meridional, acrescentando à sua função de entreposto exportador, a de centro redistribuidor para todo o Brasil e para o exterior, de produtos importados ou lá fabricados. Cuiabá cresce rapidamente graças à sua posição de centro de apoio à expansão na Amazônia meridional. Santarém assiste à transformação de sua indústria tradicional e tem sua posição de porto exportador reforçada com a Cuiabá—Santarém. Rio Branco é posto-chave de fronteira, Porto Velho torna-se importante encruzilhada rodoviária e, quanto a São Luiz, é difícil prever-se as dimensões de seu crescimento com a construção do porto de Itaqui e do complexo industrial. A captura do norte de Mato Grosso, Rondônia e Acre por São Paulo, através da rodovia São Paulo—Cuiabá—Porto Velho, por sua vez reduziu de muito a área de influência de Belém e deu origem à formação de uma Amazônia meridional, diversa da oriental e da ocidental.

Essa modificação, contudo, não alterou as relações entre as grandes cidades e o espaço sob seu comando, persistindo uma atuação voltada para fora da região, sem que se processe até agora a esperada irradiação do desenvolvimento, quer para as áreas rurais quer para os núcleos interioranos.

Tampouco se alterou substancialmente a geometria do povoamento regional. Se a expansão da fronteira agrícola representa uma dilatação da ocupação em área, seu âmbito limitado e seu caráter axial, induzida que é pelos grandes eixos rodoviários, permite que predomine o quadro tradicional de um povoamento em linhas (agora rodoviárias) e pontos, permanecendo a grande área interior desocupada.

4.2 A estrutura espacial nacional

Embora não se disponha de dados necessários à análise, tendências de crescimento de atributos do sistema, podem ser observadas através do crescimento urbano, do crescimento demográfico, do crescimento da participação regional na população economicamente ativa (PEA) e na renda, bem como do crescimento da renda média entre 1960 e 1970.

Fato marcante, nesse período, foi o forte crescimento urbano ocorrido em todo o país, pois que, com exceção de Porto Velho, Florianópolis, Rio de Janeiro e Niterói, todas as capitais estaduais cresceram a taxas superiores a do país (31,2%). O crescimento urbano foi acompanhado de forte desequilíbrio setorial, com forte perda de posição da agricultura, tanto no que se refere à participação na força de trabalho quanto na renda (LANGONI, 1973).

Dentre as capitais estaduais que mais cresceram, ressaltam-se as da Região Centro-Oeste, comprovando, sem dúvida, uma interiorização do povoamento (Tabela 3). No entanto, as fortes taxas de crescimento de Belo Horizonte e São Paulo, cidades que já contam com grande contingente demográfico, revelam que o "centro" continua a crescer ainda mais, embora com perda de posição do Rio de Janeiro. Igualmente forte é o crescimento das capitais litorâneas do Nordeste.

TABELA 3

Taxa de crescimento demográfico

Capitais estaduais — 1960/1970

100%	70%	50-70%
Brasília	Manaus — 77,5	Natal — 65,0
Goiânia — 185,0	B. Horizonte — 72,5	São Paulo — 64,5
Terezina — 100,5		Aracaju — 63,0
Cuiabá — 100,00		Salvador — 59,5
		Maceió — 59,0
		João Pessoa — 50,0

FONTE: Censo Demográfico, IBGE.

No que tange a variações regionais de crescimento, podem ser analisadas com base nas tabelas 4 e 5 e na figura 5.

TABELA 4

Taxa de Crescimento Demográfico

Regiões — 1960-1970

Brasil	31,2
Norte	38,5
Centro-Oeste	68,6
Nordeste	25,3
Sudeste	28,3
Sul	38,7

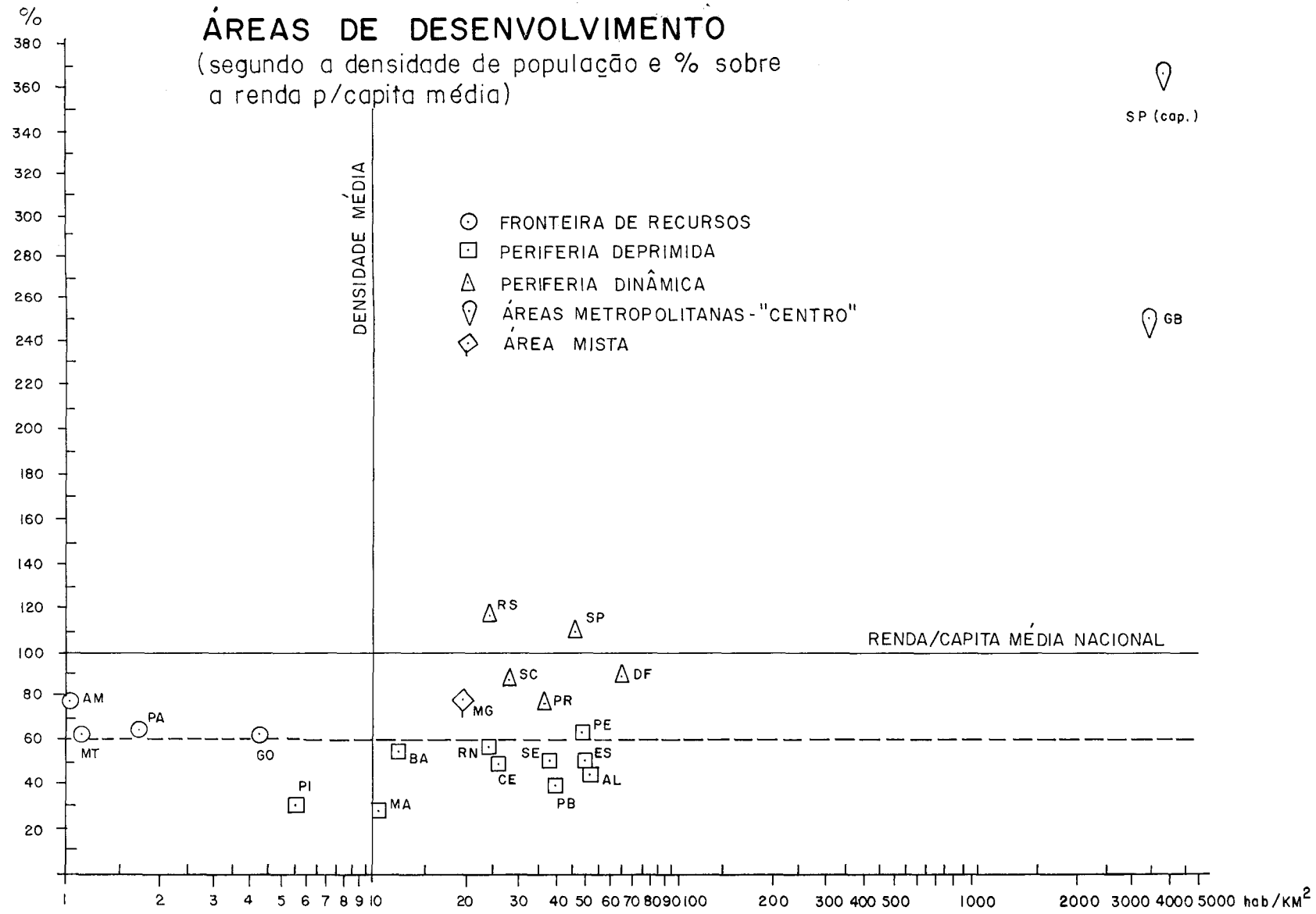
FONTE: Censo Demográfico, IBGE.

TABELA 5

Comparações na distribuição de renda — 1960/70

Regiões	Participação na PEA (%)	Participação na Renda (%)	Renda Média (Cr$ 1970)	Coeficiente de Gini 1970/60
GB-RJ	+ 2,12	— 2,98	+34,13	+16,67
SP	+ 9,20	+20,35	+50,53	+24,35
PR, SC e RS	+13,93	— 0,68	+18,86	+23,42
NE e MA	— 9,88	—11,53	+34,19	+13,69
N e MT, GO, DF	+17,20	— 5,40	+10,18	+10,14
Brasil			+36,89	+13,70

FONTE: Carlos Geraldo Langoni, *Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil*, Editora Expressão e Cultura, 1973.



Fonte: CONTAS NACIONAIS - FGV - 1970

Elaborado por: Mariana Palhares, Maria H. Lacorte, Maristela Brito e Sônia Rogado.

Div Ed/D-J.A.C.

Fig. 3

Caracterizada por baixas densidades demográficas e renda em torno de 60% da renda *per capita* média do País, a fronteira de recursos revela-se através do maior aumento na participação da população ativa, embora o fraco crescimento da renda média e o índice de concentração de renda sugiram o início do desequilíbrio intra-regional, provavelmente com a concentração da população ativa e da renda nos centros urbanos regionais. O extraordinário crescimento demográfico da Região Centro-Oeste, e das cidades dessa Região, indicam que a expansão se efetua na borda da fronteira, e principalmente nas cidades. O desequilíbrio intra-regional fica patente quando se compara o crescimento de Manaus — 77,7% — com o do Estado do Amazonas, cuja taxa foi de apenas 32,4%.

Contando com povoamento denso e renda acima de 60% da média nacional, os Estados do Sul mantém-se como uma periferia dinâmica, registrando crescimento demográfico acima da média do País, aumentando fortemente a sua participação na população ativa e mantendo praticamente a mesma participação na renda total; o fraco crescimento da renda média, correlacionado com o forte índice de concentração da renda interna, sugerem, talvez, um arrefecimento do dinamismo regional.

A periferia deprimida caracteriza-se por densidades superiores à média nacional e renda inferior a 60% da média nacional; correspondendo aos Estados do Leste e Nordeste, é demonstrada pelas grandes reduções na participação da população economicamente ativa e da renda total do País. Percebe-se, contudo, nitidamente, a diferenciação entre o Nordeste e os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo. No caso do Nordeste, a menor participação na força de trabalho e o considerável crescimento da renda média revelam o êxodo rural e o esforço de industrialização da SUDENE, originando um novo "centro" industrial na periferia, que explica a maior concentração da renda regional. Minas Gerais e Espírito Santo, pouco dinamizados em relação a Guanabara e São Paulo, perdem posição face ao crescimento do Nordeste, constituindo-se nitidamente como periferia intermetropolitana, como bem atestam as fortes reduções na participação da população ativa e na renda total.

Se a redistribuição da força de trabalho em favor, principalmente, do Centro-Oeste e, secundariamente, do Sul, e às custas do Leste e Nordeste, podem contribuir para reduzir o grau de desigualdade regionais, o aumento das rendas médias teve efeito contrário, já que beneficiou proporcionalmente áreas cujos níveis de renda já eram os mais elevados — RJ, GB e São Paulo. Da mesma forma, a participação na renda total indica a acentuação das desigualdades regionais, já que todas as regiões sofreram queda, somente São Paulo aumentando a sua participação de 28,6% para 34,4%! Acresce que todas as regiões apresentam índices de concentração da renda crescentes.

Persiste e acentua-se, pois, a concentração do crescimento econômico, principalmente em São Paulo, que também aumentou extraordinariamente a renda média e continua tendo participação crescente na população ativa, mesmo a Guanabara reduzindo um pouco a sua participação na renda total. As disparidades de renda e população do "centro", em especial de São Paulo, em relação ao restante do País, ficam patentes na figura 3.

Tais observações indicam que o essencial das atividades produtivas não sofreu grande redistribuição espacial. A própria expansão da fronteira agrícola em torno da Amazônia é uma extensão de um processo que já se fazia em função do abastecimento do "centro", representando

a fronteira contígua, situada na borda das zonas povoadas. Para além dessa fronteira, a Amazônia, à exceção dos pontos e eixos referidos, ainda é uma área por desbravar.

Quanto à mudança dos fluxos inter-regionais, do que se pode depreender do que foi relatado, somente confirmam a acentuação do desequilíbrio estrutural e o reforço da concentração do poder de decisão no "centro".

Novas relações se estabeleceram, com fraca intensidade. O Nordeste, tradicional exportador de mão-de-obra para todas as regiões do País, exporta agora para a fronteira de recursos além de mão-de-obra, também técnicos e profissionais e, em pequena proporção, manufaturas. O Sul envia para a fronteira principalmente inovação societal — representada pelos *campus* universitários — e mão-de-obra e, secundariamente, capital e mercadorias. O fluxo de técnicos e manufaturas do Nordeste e de mão-de-obra do Sul são fatos novos, indicando respectivamente o crescimento de um "centro" na periferia deprimida e a formação de áreas deprimidas na periferia dinâmica.

Se as periferias deprimida e dinâmica sustentam o fluxo de mão-de-obra, o essencial da transferência para a fronteira — informação, inovação societal, capital, mercadorias, tecnologia — é sustentado pelo "centro", principalmente por iniciativa do Estado, a atuação de "centros" externos também se fazendo sentir.

Quanto aos fluxos da fronteira para o resto do sistema, resumem-se aos produtos tradicionais, acrescidos do gado, madeira, minérios que, ao invés de exportados somente para o exterior, são captados também para o "centro". Uma vez que a grande maioria dos investimentos em unidades produtivas são comandados pelo "centro", acentua-se seu poder econômico e decisório.

Resulta, assim, que a integração espacial do território não vem, até o momento, promovendo o desenvolvimento intenso de novos recursos e o deslocamento do campo gravitacional do desenvolvimento do País, das regiões costeiras para a fronteira, como era o esperado. E, embora cresçam certos atributos do sistema e novos fluxos se organizem, a relação fundamental de dependência ao "centro" não se modifica, pelo contrário, se reforça.

5. Conclusão: Efeitos eventuais da estrutura espacial sobre o sistema

Em que medida a estrutura espacial resultante do processo comandado por prioridades políticas pode afetar o equilíbrio do sistema?

5.1. Efeitos sobre o subsistema regional

Segundo os modelos de desenvolvimento regional, em virtude das circunstâncias especiais do impulso de seu desenvolvimento e das características físicas de sua localização, os problemas das fronteiras de recursos são os de permanência e integração.

Desenvolvidas por impulsos externos, são regiões abertas numa extensão incomum. Recebendo de fora os determinantes do desenvolvimento e escoando os lucros para o exterior, seu desenvolvimento

futuro depende da sua capacidade de internalizar os determinantes externos para obter um crescimento auto-sustentado. Assim, o processo de desenvolvimento regional é uma função de: 1.º — *demanda de recursos;* 2.º — *implantação de transportes e comunicações* que permitem o acesso à informação, aos recursos e aos mercados; 3.º — *diversificação de sua estrutura econômica.* Esta depende, de um lado, da possibilidade de criação de um mercado interno, como decorrência da retenção de salários na região e de uma dimensão mínima crítica de população; de outro lado, depende da criação de uma infraestrutura psicossocial, representada pela formação de grupos identificados com os interesses regionais-empresários, intelectuais, políticos-regionais — capazes de pressionar a decisão externa para investimentos orientados para a integração interna da região; 4.º — *capacidade de ganhar ou reter poder de decisão;* a integração econômica com resto do sistema nacional, resultante da diversificação da base econômica, faz crescer a importância da região no contexto nacional, dotando-a de capacidade para pressionar no sentido de ter maior participação no processo de decisão nacional, levando a uma integração política (HILHORST, 1971, STÖHR, 1972).

Assim, o desenvolvimento envolve não só o crescimento socio-econômico regional, mas, também, a transformação social e a mudança na distribuição dos poderes de tomada de decisão.

No caso da Amazônia, a implantação de estradas e das comunicações antecedem, de certa forma, à demanda efetiva de recursos. No que tange à diversificação da base econômica, sérias restrições existem, considerando a fraca perspectiva de desenvolvimento do mercado interno, e da emersão de uma infra-estrutura psicossocial identificada à região. Os resultados da integração até agora tem revelado justo o oposto, no que tange ao estímulo às forças regionais.

A atuação calcada numa percepção de fora para dentro, com vistas ao desenvolvimento econômico, tem desconsiderado a realidade regional. A população regional não suporta o impacto violento da modernização. A fraca economia regional vem sendo violentamente desarticulada, seu equilíbrio rompido, sem que novas atividades produtivas surjam com capacidade de gerar emprego e absorver a nova população que migra, haja vista a expansão da criação de gado e da mineração); quanto à força societal, é ela totalmente estranha aos interesses regionais, formando-se uma estrutura social dualista, altamente estratificada e sem coesão interna, em que uma elite de profissionais técnicos e administradores, cuja permanência na área é temporária, contrasta com a população local, sem participação no processo que se inicia. Faceta mais grave desse problema é a remoção do poder de decisão. A falta de coordenação entre os vários serviços federais, não identificados com os problemas e interesses locais, mas com autoridade econômica e política, cria um vazio institucional na administração e, portanto, uma desagregação institucional. "Envolvida num esquema de forças centrífugas, no qual não tem autoridade nem competência técnica de controle, a administração, tanto no nível Estadual quanto no Municipal, perde sua antiga legitimidade aos olhos da população local. A desagregação da autoridade pela perda da legitimidade verifica-se também no plano familiar, com forte traumatismo para a população local, a tal ponto que pode se tornar insensível ao progresso".*

Tampouco são consideradas nessa percepção externa as diversidades regionais, advindas de diversidades ecológicas, culturais, e admi-

* Informação de Documento do Ministério do Interior, transcritas no *O Globo,* 26 de maio de 1974.

nistrativas, que faz variar a atitude dos governantes e a capacidade das populações frente à modernização. Por exemplo, no Acre, a atitude governamental é de total atração e abertura à penetração de fora; em Rondônia há maior preocupação para com a regularização das terras e a preservação de recursos naturais, procurando-se estimular o plantio nacional de *hevea,* segundo os novos regulamentos governamentais. Em Mato Grosso, paralelamente à propaganda para atrair a iniciativa privada, surge um projeto extremamente inovador, que tenta integrar a tecnologia moderna da grande empresa às condições da região tropical, respeitando e aproveitando suas potencialidades naturais e humanas: o projeto Aripuanã com a cidade laboratório de Humboldt. Seja factível ou não, idealizado ou não, esse projeto é uma expressão da capacidade de inovação da periferia que, por não ser em geral percebida, vem sendo, a rigor, inibida.

Ressente-se assim a perfiferia, até o momento, dos mais importantes elementos para as bases futuras de seu crescimento auto-sustentado. Este requeriria não só um real planejamento para as empresas rurais como a implantação de atividades inovadoras que, constituindo-se como insumos para outras atividades (*backward linkages*) e utilizando outras atividades como insumos (*forward linkages*), fossem capazes não só de gerar um crescimento concentrado como de transmitir a inovação para toda a região.

5.2. Efeitos sobre o sistema nacional

À medida que a industrialização cresceu, elaborou-se o sistema espacial nacional com estrutura polarizada, e fortes tensões sociais emergiram na periferia deprimida. A SUDENE conseguiu criar um novo "centro" industrial no Nordeste, mantendo-se a continuidade do sistema com o fortalecimento do "centro" dominante do Sudeste. Uma vez que não foi considerada a realidade da periferia, não foi solucionado o problema das tensões sociais na região.

O fortalecimento econômico do "centro" reforçou o poder político. Com objetivos geopolíticos externos e de equilíbrio interno, esses referentes à eliminação das tensões sociais persistentes no Nordeste e no sistema em geral, e à ampliação de mercados para absorver a produção manufatureira crescente do "centro", recorreu-se à integração da Amazônia com grande investimento do Estado.

A migração de excedentes demográficos do Nordeste não se fez na escala almejada, persistindo, portanto, o problema social. Tampouco o centro econômico respondeu à integração da Amazônia na escala desejada, mais interessado que está na exportação para mercados externos.

Do que se depreende da tentativa de integração, a forma de atuação das forças na região conflita com os objetivos políticos acima citados: a fraca integração com o "centro" acrescentou ao desequilíbrio da estrutura espacial geral um desequilíbrio intra-regional; mesmo com uma visão a partir do centro, os investimentos regionais deveriam selecionar as áreas de periferias dotadas de potencialidades e de dimensões mínimas críticas para adotar as inovações. Tratando-se de patrimônio imenso e desconhecido, cuja valorização se ressente de um *know-how* adequado — o crescimento econômico brasileiro se fundamentou em regiões tropicais e subtropicais e não há experiência mundial de aproveitamento de regiões equatoriais em grande escala — torna-se ainda mais perigoso o imediatismo e mais valiosas a percepção e a partici-

pação dos habitantes locais. Ao invés disso, a rápida penetração da sociedade moderna se faz com grande impacto, não só não aproveitando como anulando as forças locais, quer no sentido ecológico quer no sentido social e político. Tal forma de atuação, mais uma vez desconhecendo a realidade regional, pode gerar novos focos de tensão social.

Resulta, assim, que através de um processo de causação circular em que a força política reforça a econômica, o esforço para a integração espacial redunda na acentuação da estrutura econômica polarizada do país. A crescente concentração do poder de decisão no "centro" nacional não favorece o desenvolvimento do sistema espacial; agindo contra o equilíbrio geopolítico interno, age contra o fortalecimento interno do País, podendo vir a ter repercussões negativas sobre a manutenção do equilíbrio do sistema.

BIBLIOGRAFIA

BECKER, Bertha K. — O norte do Espírito Santo, região periférica em integração — Tese de Livre Docência, IGEO, UFRJ, dezembro de 1969.

BECKER, Bertha K. — Crescimento econômico e estrutura espacial do Brasil — *Rev. Bras. Geografia*, IBGE, Ano 34, n.º 4, 1972.

BECKER, Bertha K. — Diretrizes e prioridades para pesquisas geográficas sobre desigualdades regionais do desenvolvimento — 2.ª Conferência Nacional de Estatística e 2.ª Conferência Nacional de Geografia, 2.ª CONFEST/CONFEGE, IBGE, novembro de 1972.

BERRY, GOTTMANN, KUZNETS, WILLIAMSON — Abordam a variável tamanho do território sob diferentes ângulos.

BERRY, Brian — Basic patterns of economic development and Atlas of Economic development, University of Chicago Press, 1961.

GOTTMANN, Jean — *La politique des États et leur géographie* — Armand Colin, Paris, 1952.

GOTTMANN, Jean — *The significance of territory* — The University Press of Virginia, Charlottesville, 1973.

KUZNETS, Simon — *Aspectos Quantitativos do Desenvolvimento Econômico* — Editora Forense, Rio de Janeiro, 1970.

WILLIAMSON, J. G. — *Regional inequality and the process of national development: a description of patterns — Economic development and cultural change* — vol. 13, 1965.

FRIEDMANN, John — *Regional development policy: a case study of Venezuela* — MIT Press, 1966.

FRIEDMANN, John — A general theory of polarized development (mimeogra.) Urban and regional advisory Program, Chile, 1968.

FRIEDMANN, John — *The spatial organization of power and the development of urban systems.* University of California, Los Angeles, 1972.

LANGONI, Carlos Eduardo — *Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil.* Editora Expressão e Cultura, Rio de Janeiro, 1973.

HILHORST, Stöhr — Assim como Friedmann, incorporam variáveis sociopolíticas ao tratamento do desenvolvimento regional.

HILHORST, Jos M. — *Regional Planning* — Rotterdam Univ. Press, 1971.

STÖHR, Walter B. — *El desarrollo regional en America Latina — Experiencias y Perspectivas* — Ediciones SIAP, B. Aires — 1972.

SPROUT, Harold and Margaret — Geography and Internacional Politics in an Era of Revolutionary Change — *The Journal of Conflict Resolution* IV n.º 1, 1960.

SUMMARY

In the face of the rhythm of its industrialization and its continental dimension, the spatial structure of Brazil presents pronounced regional inequalities of development simultaneously to the formation of the metropolitan regions. In this work the spatial structure is approached under the view of the regional unbalances, in this case, Amazon.

Due to the conceptual feebleness of the political geography, which sould offer a better apprcach to the case, one utilizes, as a *theoretic basis,* the Polarized Development Theory which identifies the spatial development process with the difusion of values of the modern society. The development reached through a cyclic pattern of positive feedback — spatial unbalances — and of negative feedback — represented by corrective actions to move back the system to balance — in which the spatial system maintain its balance at a higher development levels. Two unsatisfactoriness arise in relation to the theory: one is concerned to the "Center", seen as an organism without its economic and political components be distinguished; the other, more important, is related to minimization of the periphery role in the development process, which is not considered in its realities and needs, resulting in a waste of forces and being a source of tenseness in the system. The alternative hypothesis to Brazil would be therefore, due to the insufficient corrective actions, in which the pressure of social tenseness could become accumulated in a such intensity that would break off the process of modernization and the balance of the system.

A serious study of this hypothesis seems to be important in the moment in which one thinks to integrate the vast patrimony represented by the Amazon, whose history shows that the less the predatory action is the more preserved the region remains.

Due to its territorial extent and its location, Amazon is the last "island" of the Brazilian "economic archipelago" to be incorporated to the national spatial system and has been integrated through a process of decision essentially political, result of the extraregional perceptions which valorize it as a "resource boundary".

The motivations of these perceptions are of internal and external geopolitic order. In the internal plan, it constitutes a corrective action which aims the geopolitic balance. The industrialization, engendering a center-periphery structure highly unbalanced, has induced to a corrective action represented by the foundation of the SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) and Brasilia; since SUDENE didn't enterily solve the problem of the regional tenseness and that the amount of the decision power of the "Center" reinforced the polarized structure, the Amazon integration is to be perceived as a solution to absorb the people surplus from the Northeast, to amplify the home market for the manufactured products and investment from the "Center", besides to make the empty spaces productive.

In the external plan, although the preocupation with revolutionary focus and boundary safety, its integration seems to be fundamental to assure the exploitation of the natural resources of the South American Amazon, via Atlantic Ocean, with the Brazilian participation as well as to favour the prominence of the country on the continent, whether by the intensification of the relationships with the neighbour countries, or by a Pan-American Integrated Development Program, leadered by Brazil.

As a consequence of these motivation and decisions Amazon has become an attraction field of forces. The most important is the policy force, represented by the government, which acts in the implantation of the preparatory substructure to the introduction of the modern society, under three main forms: physical integration; psychosocial integration; and direct captation of resource. The physical integration represented by the highway network and bringing in new and fast means of communication, which contrasts with the slow rhythm of the region, causes violent impact, promoting strong disarticulation in the regional economy and society. The psychosocial integration regarding to the power on the public opinion is represented by the modern means of communication, by MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização) that, however efficient in the alphabetization and diffusion of values from the "Center", didn't offer an operational information, becoming perhaps a factor of failure and tenseness, and yet by the Rondon Project that aiming primarily to integrate the Amazon and universitarians, has today an increasing role in the basic research in order to favour the penetration of the modern society by means of universities. The direct captation of resources is represented by tax exemptions and by the people that moves attracted by employees on road contruction or to INCRA settlement nucleus.

The economic force is less intense. Its more important component is yet the government, followed by the foreign investment, represented by floatings and by mineral and timber exploitation. The less acting national undertakers are over all interested in cattle raising developed in large tract of land; this expansion by the "southerners" is carried out with prejudice to the regional ecologic and socio-economic balance. Other components of the economic force are the experts coming not only from the Southeast but also from the Northeast and laborers, comprising small farmers and sharecroppers which are those that answer to the appeal of integration. Attracted by the propaganda that labor force, which has left its lands either in Northeast and South, in searching for new places in Amazon region, are employed first in cleaning the forest for pastures and after for farming. Due to the isolation and

unfamiliatrity of the region, and to the lack of financial and technical aid that migration tend to continue moving.

In referring to the *spatial incidence of the integration process,* some changes are observed as urban population growth, extracting and manufacturing industries development, and the high increase of the state capitals. These changes, however, didn't modify the relations among the large cities and the space under its command. Only on the borders of the region an area of expansion are recorded, permitting to identify along with the Eeastern and Western Amazon, a Southern Amazon commanded by São Paulo.

As for the national spatial structure, although the high urban growth on the Center-West reveals a hinterland population, the expansion of São Paulo, Belo Horizonte and Northeast capitals denotes a continuity in the increase of the "Center and the coastal front of the country".

The weak increase of the state average incomes and the decrease of its participation on the total income of the country, except for the state of São Paulo, denote that it persists and stresses the concentration of the economic development, and that the main production activities didn't suffer great spatial redistribution, as it was expected.

What is infered from the atempt of integration is that it has not been carried on in a way to favour the self-sustained growth of the region. This process developed from out to inside, don't valorize the local needs and even nullifying the regional forces, whether in an ecological or in a socio-economic and political sense, which may bring forth new focus of tenseness. This kind of actuation is not consistent with the purposes desired.

RÉSUMÉ

Par le rythme de son industrialisation et de sa dimension continentale, la structure spatiale du Brésil enrégistre de fortes inégalités régionales de développement, se produisant au même moment que la formation des régions métropolitaines. La structure spatiale sera abordée, dans ce travail, du point de vue des déséquilibres régionaux; dans notre cas, il s'agit de l'Amazonie.

Etant donné la faiblesse conceptuelle de la Géographie Politique, celle la plus indiquée pour l'entrée en matière, on a employé comme *base théorique,* la Théorie du Développement Polarisé qui identifie la marche du développement spatial avec la diffusion de valeurs de la société moderne. Le développement est atteint par l'entremise d'un modèle cyclique de "feedback" positifs — déséquilibres spatiaux — et de "feedbacks" négatifs représentés par des actions correctives pour pousser le système de nouveau en équilibre là où le système spatial maintient son équilibre à des niveaux de développement toujours plus élevés. Deux éléments de non satisfaction se heurtent à cette théorie. L'un se réfère au "Centre" qui est aperçu comme un organisme sans qu'on y distingue ses composés économique et politique. L'autre qui est plus important fait l'effet de minimiser le rôle de la périphérie dans la marche du développement qui, parce que ses réalités et ses nécessités ne sont pas considérées, entraine un gaspillage d'efforts et devient une source de tensions sociales dans le système. Il y aurait une autre hypothèse, alternative pour le Brésil, c'est à dire donc que, devant les actions correctives insuffisantes, le poids des tensions sociales s'agrandirait de telle sorte qu'une interruption se produirait dans le processus de modernisation et le retour à l'équilibre du système.

L'approfondissement de cette hypothèse semble important au moment où l'on fait des efforts pour intégrer l'immense patrimoine représenté par l'Amazonie dont l'histoire nous montre que, autant l'immédiateté de l'action se fait moins sentir, autant la région se trouve mieux préservée, et vice-versa.

Par son étendue territoriale et sa position, l'Amazonie est la dernière île de "l'archipel économique" brésilien à être incorporée au système spatial national; cette intégration poursuit son cours au moyen d'un processus de décision essentiellement politique, fruit de perceptions extra-régionales qui la valorise comme "frontière de ressources".

Les motivations de cette perception sont d'ordre géopolitique interne et externe. Au plan interne, une action corrective en découle visant l'équilibre géopolitique. L'industrialisation en créant une structure centrale périphérique fortement déséquilibrée a favorisé les actions correctives telles qui se formèrent avec la création de la SUDENE et de Brasília; du fait que la SUDENE n'arriva pas à résoudre complètement le problème des tensions régionales et que l'accumulation du pouvoir de décision au "centre" renforça la structure polarisée, l'intégration de l'Amazonie commença à être vue comme solution pour l'absorption de l'excédent de la population du Nordest et pour agrandir le marché interne de consommation des produits manufacturés et des investissements du "Centre", sans compter les espaces vides qui devinrent productifs.

Au plan externe, malgré une certaine préoccupation touchant les foyers révolutionnaires et la sécurité des frontières, son intégration semble être matière fondamentale pour assurer l'exploitation des ressources naturelles de l'Amazonie sud-américaine en passant par l'Atlantique, avec la participation brésilienne, et aussi pour favoriser la projection continentale du pays soit par l'intensification des relations avec les pays voisins, soit par un Programme de Developpement Integré Pan-Amazonique, commandé par le Brésil.

Par suite de ces motivations et ces décisions, l'Amazonie est devenue un champ d'attraction de forces. La *force politique* en est la plus importante. Représentée par le Gouvernment Federal, elle a son importance dans l'établissement de l'infra-structure préparatoire à la pénétration de la société moderne et elle y apparait sous deux formes principales: l'intégration physique représentée par le réseau routier qui apporte des contacts nouveaux et rapides contrastant avec le rythme ralenti de la région, a un impact violent, entraînant une forte désarticulation de l'économie et de la société régionales. L'intégration psychosociale, relative au pouvoir d'influencer l'opinion, est représentée par les moyens de communication modernes, par le Mobral qui, malgré ses capacités excellentes pour l'alphabétisation et pour la diffusion des valeurs du "centre", ne fournit pas les informations opérationnelles ce qui pourrait devenir une source de frustration et de tension, et, de surcroit, par le Projet Rondon dont le but a été, depuis le début, de faire de l'Amazonie et des édudiants un véritable ensemble et qui, aujourd'hui, joue un rôle toujours plus étendu dans les recherches de base sur la pénétration de la société moderne, passant par les *campi* universitaires. Les founds sont captés directement sous forme d'encouragements fiscaux et les ressources humaines fournies par la population qui s'engage, attirée par les emplois offerts pour la construction des routes ou pour les centres colonisateurs de l'Incra.

La *force économique* est moins intense. Le Gouvernement y occupe la place la plus importante encore maintenant, et ensuite viennent les investissements étrangers représentés par les financements et par l'exploitation forestière et l'extraction des minerais. Les établissements du pays agissent avec moins de vigueur et s'intéressent plutôt à l'élevage des bestiaux s'étendant sur des plaines immenses; cette expansion des "gens du sud", une repoussée de la prontière agricole, se produit au préjudice de l'équilibre écologique et social-économique de la région, dont témoignent les manipulateurs de caoutchouc avec leur vie "à l'indienne" dans l'Acre ainsi que les disputes au Mato Grosso pour la possession des terres. Les autres membres de la force économique sont les techniciens originaires non seulement du Sudest mais, également, du Nordest, et la main-d'oeuvre, peuple en déplacement composé de propriétaires à demi-part et de petits proprietaires, éléments compossants qui répondent le mieux à l'appel de l'intégration. Ils sont attirés par la propagande et ayant été chassés de leurs champs par des conditions hostiles, originaires qu'ils sont non seulement du Nordest mais aussi du Sud, ils se mettent principalement à la tâche d'abattre les arbres afin de planter de l'herbe à foin et en second lieu seulement pour l'agriculture. Vu l'isolement, le manque de connaissance de la région et le manque d'assistance technique et financière, cette migration de la main-d'oeuvre a tendence à persister dans sa mobilité.

En ce qui concerne *l'incidence spatiale du processus* d'intégration, certaines modifications se font reconnaître dans les attributs du sous-système régional, telles que la croissance démographique, la croissance urbaine et celles de l'industrie de l'extraction et l'industrie manufacturière; la grande poussée dans l'agrandissement des chefs-lieu des états, profitant de l'installation des sièges des institutions modernisantes et de plaques tournantes du réseau routier, d'où diminution de la primauté de Belém. Ces modifications, toutefois, n'ont pas changé les rapports entre les grandes villes et l'espace qu'elles gouvernent, ni la géométrie du peuplement régional qui se maintien circonscrite à des points et des lignes. On ne constate l'expansion en surface que sur les bords de la région, permettant d'identifier, à coté d'une Amazonie Occidentale et Orientale, aussi une Amazonie Méridionale, capturée par São Paulo.

Quant à la structure spatiale nationale, malgré que la croissance urbaine intense dans le Centre-Ouest démontre que le peuplement s'achemine vers l'intérieur, l'agrandissement de São Paulo, Belo Horizonte et les capitales du Nordest, indique que la croissance du "centre et de la façade du pays tournée vers la mer" continue toujours. La faible augmentation des revenus moyens des états et la diminution de leur participation dans le revenu total du pays, à l'exception uniquement de l'Etat de São Paulo, montrent à leur tour que la concentration de la croissance économique persiste et s'accentue, aussi que l'essentiel des activités productives n'a pas encouru une grande redistribution spatiale, comme on aurait pu attendre.

Donc, il ressort de la tentative d'intégration qu'elle ne s'est pas poursuivie de façon à favoriser la croissance autosoutenue de la région; mis en marche du dehors en dedans, le processus ne valorise pas les nécessités ni les perceptions locales, il annule même les forces régionales, autant d'ordre écologique que d'ordre social-économique et poltique, se qui peut provoquer de nouveaux foyers de tension. Cette manière d'agir d'est pas d'accord avec les fins souhaitées d'équilibre géopolitique interne.